

CRESCER JUNTOS NA UNIDADE E NA MISSÃO

Construído em 40 anos de diálogo anglicano-católico romano

Uma declaração conjunta da Comissão Internacional Anglicana/ Católica Romana para a Unidade e a Missão (IARCCUM)

PREFÁCIO

Em maio de 2000, o arcebispo de Canterbury, Dr. George Carey, e o Presidente do Pontifício Conselho para a Promoção da Unidade dos Cristãos, Cardeal Edward Cassidy, promoveram um encontro de bispos de nossas duas Comunhões em Mississauga, no Canadá, para buscar um modo de impulsionar a continuidade do relacionamento entre a Comunhão Anglicana e a Igreja Católica.

Foi um encontro cheio de esperança pelo futuro relacionamento entre as duas Comunhões, marcado pelo reconhecimento do quanto já partilhamos em nossa fé cristã e vida eclesial. No final de nosso encontro, os bispos aceitaram que uma nova entidade fosse estabelecida para promover o nosso relacionamento, buscando traduzir nosso manifesto acordo na fé para a vida em comum e a missão. Essa comissão seria bem diferente do diálogo teológico já existente na Comissão Internacional Anglicana/ Católica Romana (ARCIC). Foi pensada como uma comissão de bispos que se centrariam nos consensos percebidos pela ARCIC, precisamente para visualizar como eles nos compelem ao testemunho conjunto e à missão no mundo.

A Comissão Internacional Anglicana/ Católica Romana para a Unidade e Missão (IARCCUM) foi estabelecida em 2001 e seu trabalho desde então tem sido implementar o plano de missão aceito em Mississauga. A força dos acontecimentos, particularmente no que diz respeito a dificuldades na vida da Comunhão Anglicana, teve impacto no trabalho da Comissão: algo sobre esse impacto está detalhado no parágrafo 6.

Esta não é uma declaração com a autoridade da Igreja Católica Romana ou da Comunhão anglicana. O que é oferecido pela IARCCUM aqui é uma declaração que pretende estimular discussão e reflexão. No entanto, é mais do que isso: é um chamado à ação, baseado numa honesta avaliação do que foi conseguido em nosso diálogo. Apesar de nossa atual “comunhão imperfeita”, sentimos que existe suficiente campo comum para levar a sério maneiras de trabalhar em conjunto.

IARCCUM, enquanto comissão episcopal, está oferecendo sugestões práticas sobre a maneira como a participação anglicana e católica romana pode ser adequadamente apoiada e levada adiante. Embora este texto tenha sido preparado por bispos e seja dirigido primeiramente aos bispos, espera-se que os bispos, por sua vez, envolvam o clero e o laicato na resposta aos desafios colocados no texto, de maneira adequada às circunstâncias locais.

São 40 anos desde que o arcebispo Michael Ramsey fez a primeira visita formal de um Arcebispo de Canterbury ao Papa, que no caso era Paulo VI, desde a Reforma. Por trás das divisões da Reforma estão mil e quinhentos anos de fé e testemunho. O tempo está maduro para uma reflexão, que leve a uma ação mais intensa. Como co-presidentes da IARCCUM recomendamos este documento para estudo e ação em conjunto, e pedimos que o Espírito Santo de Deus continue a nos mover cada vez mais para aquela unidade pela qual Cristo orou e pela qual anglicanos e católicos anseiam.

+John Bathersby, Arcebispo de Brisbane, Co- presidente católico romano
+David Beetge, Bispo de Highveld, Co- presidente anglicano
Festa de São Francisco, 4 de outubro de 2006

PARTE UM

OS RESULTADOS DO DIÁLOGO TEOLÓGICO ANGLICANO/ CATÓLICO

Introdução: Compromisso com a unidade e a missão

1. Anglicanos e Católicos Romanos¹ concordam que Deus quer a unidade visível de todo o povo cristão e que tal unidade é, em si mesma, parte de nosso testemunho. Nossas Igrejas partilham um compromisso de trabalhar para essa unidade na verdade, pela qual Cristo orou (Jo 17). Expressamos isso em nossas próprias declarações internas e, desde 1966, papas e arcebispos de Canterbury têm reafirmado em suas Declarações Comuns esse objetivo da restauração da unidade visível e da plena comunhão eclesial.²

2. Foi com esse objetivo em mente que em 1966 o Papa Paulo VI e o Arcebispo Michael Ramsey pediram o estabelecimento de um diálogo teológico. Desde então, a Comissão Internacional Anglicana/ Católica Romana (ARCIC) tem produzido uma série de declarações conjuntas a respeito de temas sobre os quais um acordo é necessário se as Comunhões forem viver em unidade visível. A primeira série de declarações, publicada em conjunto com o título “Relatório Final”, cobria os campos da Eucaristia, ministério e ordenação e autoridade.³ O *Relatório Final* foi apresentado às autoridades de ambas as Comunhões e recebeu resposta oficial. A Comunhão Anglicana reconheceu as declarações sobre Eucaristia e ministério como “compatíveis em substância com a fé dos anglicanos”.⁴ Uma resposta inicial católico- romana pediu que se continuasse o trabalho nessas duas áreas.⁵ Esclarecimentos preparados por uma sub comissão da ARCIC foram depois considerados pela Igreja Católica Romana como tendo fortificado grandemente o acordo em relação a essas áreas.⁶ Ambas as Comunhões reconhecem convergência na área da autoridade, ao mesmo tempo que admitem, como a própria ARCIC tem feito, que temas significativos continuam precisando ser abordados.⁷ Em sua segunda fase, a ARCIC continuou na busca por mais acordos na fé, a respeito de salvação e justificação, eclesiologia, moral, autoridade e o lugar de Maria na vida da Igreja. Esses documentos ainda não receberam uma avaliação oficial por parte das Igrejas.⁸ Através desse diálogo teológico

¹ Neste documento tentamos usar os termos mais utilizados comumente nas Igrejas para se auto definirem, mas às vezes o contexto indica que é preferível, por motivo de clareza, referir-se à Igreja Católica Romana. No uso da variedade de nomes, nenhuma posição teológica está sendo intencionalmente adotada pela IARCCUM, que tem buscado ser fiel à auto compreensão de ambos os parceiros do diálogo.

² Veja-se o apêndice I.

³ O Relatório Final (Londres: CTS/SPCK, 1982) incluiu as declarações *Doutrina Eucarística* (1971); *Ministério e Ordenação* (1973); *Autoridade na Igreja I* (1976); uma Elucidação de cada um desses três textos (Elucidações sobre *Eucharistia* e *Ministério*, de 1979, Elucidação sobre *Authoridade na Igreja I*, de 1981); e *Authoridade na Igreja II* (1981). Para uma lista completa dos documentos da ARCIC, veja-se o apêndice II.

⁴ Resolução 8, Conferência de Lambeth em 1988.

⁵ ‘Resposta Católica ao Relatório Final da ARCIC I’, inicialmente publicado no *Osservatore Romano*, Dec. 6, 1991; republicado em *Information Service* 82 (1993/I), pp.47-51.

⁶ ‘Clarificação de Certos Aspectos de Declarações conjuntas sobre Eucaristia e Ministério’, *Information Service* 87 (1994/IV), pp.239-242. Em sua carta ao Co- Presidente da ARCIC, em 11 de março de 1994, o Cardeal Edward Cassidy observou que as Clarificações tinham sido “examinadas pelos dicastérios apropriados da Santa Sé” e que, no que diz respeito à Eucaristia e ao Ministério, “nenhum estudo adicional pareceria necessário neste estágio” (*Information Service* 87 [1994/IV], p.237). Nenhuma resposta formal anglicana às Clarificações tinha sido iniciada.

⁷ Cf. Resolução 8, Conferência de Lambeth de 1988; ‘Resposta católica ao Relatório Final da ARCIC-I’.

⁸ *Salvação na Igreja* foi acolhido como uma “oportuna e significativa contribuição” pela Conferência de Lambeth em 1988, e recomendado para estudo em toda a Comunhão Anglicana. A Congregação para a Doutrina da Fé também ofereceu observações sobre *Salvação na Igreja* (Londres: CTS, 1989), observando que seu julgamento

ao longo de quarenta anos anglicanos e católicos romanos têm crescido juntos em aproximação e chegaram a ver que o que têm em comum é bem mais amplo do que as coisas em que diferem.

3. Junto com o trabalho do diálogo teológico, relacionamentos têm se desenvolvido de várias maneiras entre anglicanos e católicos romanos. Como perceberam o Arcebispo George Carey e o Papa João Paulo II, “em muitas partes do mundo, anglicanos e católicos, unidos pelo batismo, reconhecem-se mutuamente como irmãos e irmãs em Cristo e expressam isso através da união na oração, ação comum e testemunho conjunto”.⁹ Em diversos contextos, anglicanos e católicos tentam testemunhar juntos em face das rápidas mudanças, globalização e fragmentação, crescente secularismo, apatia religiosa e confusão moral. Em alguns lugares, bispos anglicanos e católicos romanos se encontram regularmente para consultas e oração. Representantes de uma tradição são convidados como observadores em encontros conciliares da outra. Desde o Concílio Vaticano II, arcebispos de Canterbury e papas têm se encontrado em freqüentes ocasiões, orando juntos pela Igreja e pelo mundo. Suas declarações conjuntas afirmam o grau de comunhão que já é partilhada, bem como a urgência de continuar juntos no caminho para a unidade visível.

Um passo adiante

4. Em maio de 2000, a partir das reflexões do papa João Paulo II e do arcebispo George Carey em sua Declaração Conjunta de 1996, foi promovido em encontro de bispos anglicanos e católicos romanos, em Mississauga, Canadá, a pedido do cardeal Cassidy e do arcebispo de Canterbury. O objetivo era tratar da necessidade da reconciliação cristã e da cura de um mundo quebrado e dividido no início de um novo milênio, tomar consciência do progresso feito nas relações anglicano/ católico romanas e mapear um caminho de avanço para o futuro. Os bispos reunidos focalizaram a relação especial entre as duas comunhões como foi expressa em *Unitatis Redintegratio*, o decreto sobre ecumenismo do Concílio Vaticano II: “entre essas (comunhões separadas da Santa Sé no tempo da Reforma) nas quais as tradições e instituições católicas em parte continuam a existir, a Comunhão Anglicana ocupa um lugar especial.”¹⁰

5. À medida que os bispos oram juntos e meditam sobre a Sagrada Escritura eles percebem de novo tanto o grau de comunhão espiritual que já partilham numa herança litúrgica comum como também a dor de não receberem juntos a Santa Comunhão na Eucaristia. Revisando as declarações teológicas de acordo da ARCIC e as respostas oficiais das duas Comunhões a esse trabalho, eles percebem “o impressionante grau de concordância na fé que já existe”. Os bispos são capazes de discernir que, apesar das diferenças que restam, a fé partilhada por anglicanos e católicos romanos “não está apenas formalmente estabelecida por nosso batismo comum em Cristo, mas é, mesmo agora, uma comunhão rica, produtora de vida e multifacetada.”¹¹ Ao revisar juntos as relações, em diferentes regiões do mundo, sentiram-se encorajados por

era “substancialmente positivo” mas ainda não “capaz de ratificar a afirmação final (no.32) que diz que a Igreja Católica e a Comunhão Anglicana ‘estão de acordo sobre os aspectos essenciais da doutrina da salvação e o papel da Igreja nesse assunto.’”

⁹ Declaração Conjunta do Papa João Paulo II e do Arcebispo de Canterbury, Dr. George Carey, em 5 de dezembro de 1996, no *Information Service* 94 (1997/I), pp.20-21.

¹⁰ *Unitatis Redintegratio*, n.13, no *Concílio Vaticano II: Os Documentos Conciliares e Pós Conciliares*, Austin Flannery ed. (Dublin: Dominican Publications, 1975): “Inter eas, in quibus traditiones et structurae catholicae ex parte subsistere pergunt, locum specialem tenet Communio anglicana.”

¹¹ *Comunhão na Missão (Information Service* 104 [2000/III], pp.138-39), nn.4-5.

exemplos de colaboração, particularmente na ação pela justiça social e no trabalho pastoral em conjunto. Ao mesmo tempo notaram que o grau de fé que atualmente partilhamos poderia permitir que nos uníssemos mais profundamente na missão comum em nosso mundo fragmentado e que nossa desunião inevitavelmente prejudica a missão da Igreja. Pediram às Igrejas que entrassem num novo estágio em seu relacionamento, marcado por “uma comunhão de compromisso conjunto em nossa missão comum no mundo (cf Jo 17,23)”.¹²

6. Reconhecendo esse grau de comunhão, os bispos em Mississauga divisaram um caminho que poderia marcar um novo relacionamento:

Creemos que agora é o tempo adequado para nossas duas Comunhões reconhecerem e apoiarem esse novo estágio através da assinatura de uma Declaração Conjunta de Acordo. Esse acordo determinaria: nosso objetivo comum de unidade visível; um reconhecimento do consenso na fé que já atingimos; e um novo compromisso de partilha na vida comum e no testemunho.¹³

Desde esse encontro, no entanto, as igrejas da Comunhão Anglicana entraram num período de discussão ocasionada pela ordenação episcopal de uma pessoa que vive uma relação homossexual de conhecimento público e pela autorização de ritos públicos de bênção para uniões do mesmo sexo. Esses assuntos intensificaram a reflexão sobre o relacionamento entre as igrejas da Comunhão. A Comunhão Anglicana tomou providências para tratar dessas dificuldades, especialmente através do Relatório de Windsor de 2004. É digno de nota que os anglicanos tenham buscado um auxílio positivo em seus parceiros ecumênicos nesse processo, incluindo a Igreja Católica.¹⁴ Além disso, as relações ecumênicas se tornaram mais complicadas à medida que propostas da Igreja da Inglaterra focalizavam a atenção na questão da ordenação de mulheres ao episcopado, que é prática estabelecida de ministério em algumas províncias anglicanas.

7. Esse contexto atual, que se acrescenta às diferenças existentes entre nossas duas Comunhões, não é tempo adequado para entrar no novo estágio formal de relacionamento sugerido pelos bispos em Mississauga. No entanto, deve ser reconhecido que o progresso na direção de acordo na fé atingido através do diálogo teológico tem sido substancial, mas que nas últimas quatro décadas temos apenas começado a dar expressão tangível aos elementos sem controvérsia da fé que partilhamos. Mesmo num tempo de incerteza, a missão que nos foi dada por Cristo nos obriga e impulsiona a buscar um engajamento mais profundo e amplo numa parceria na missão, unida ao testemunho comum e à oração em conjunto.

8. Na elaboração do texto desta declaração, a Comissão Internacional Anglicano/Católica Romana para a Unidade e a Missão (IARCCUM) está bem consciente de que não respondeu ao pleno desafio proposto pelos bispos em Mississauga; mas, sempre entendendo que Cristo continua a nos chamar à unidade, a Comissão buscou dar conta do que é adequado no contexto presente. A fim de renovar o entusiasmo que foi partilhado em Mississauga, para transmiti-lo ao futuro e dar testemunho comum em nossas sociedades secularizadas, precisamos ser honestos na abordagem e na busca de superação dos problemas recentes. Creemos que isso é possível quando nos apoiamos em nossa rica herança comum e nos resultados já atingidos através do

¹² *Ibid.* n.8.

¹³ *Ibid.* n.10.

¹⁴ Cf. o relatório de uma sub comissão ad hoc da IARCCUM, ‘Reflexões Eclesiológicas sobre a Situação Atual da Comunhão Anglicana à luz da ARCIC’, no *Information Service* 119 (2005/III), pp.102-115; carta do cardeal Kasper ao arcebispo de Canterbury, Dec. 17, 2004, republicada no *Information Service* 118 (2005/I-II), pp.38-39.

nosso diálogo. Além de tudo que podemos e devemos fazer, confiamos no Espírito Santo: Aquele que deu início à nossa peregrinação em direção à unidade e a missão comum levará esse trabalho à realização final.

9. O texto seguinte oferece uma honesta avaliação do que foi conseguido no diálogo: o discernimento dos elementos doutrinários sobre os quais há uma disposição, em ambas as nossas Comunhões, de ver no trabalho da ARCIC uma fiel expressão do que a Igreja de Cristo ensina; e uma cândida exposição das dificuldades remanescentes, identificando dessa forma onde se mostra necessário um trabalho teológico adicional. No texto, os temas que necessitam de maior aprofundamento foram colocados em boxes claramente identificados.

10. Desde os passos iniciais de nosso diálogo teológico, as relações Anglicano/Católico Romanas adotaram consistentemente a noção da unidade em estágios, reconhecendo que nossas Igrejas necessitariam crescer gradualmente até a plena comunhão que Cristo deseja para nós, e confiando que o Espírito Santo nos guie nesse processo. Mesmo que este não seja o momento de iniciar um novo estágio formal em nossas relações, cremos que é tempo de construir pontes a partir dos elementos da fé que temos em comum e das expressões tangíveis dessa crença partilhada em nossa vida eclesial. A seção final desse documento, portanto, propõe passos específicos para aprofundar nosso companheirismo na vida e na missão, que cremos estarem abertos para nós e que seriam adequados no presente contexto.

A FÉ QUE CONFESSAMOS EM COMUM

1. Crença em Deus como Trindade

11. Juntas, a Igreja Católica Romana e as igrejas da comunhão Anglicana acreditam que a vida cristã começa nas águas do Batismo. Concordamos que esse sacramento envolve uma tripla profissão de fé em Deus, que é Pai, Filho e Espírito Santo, a Santíssima Trindade. Essa profissão de fé, tanto no batismo como naquelas grandes ocasiões, sobretudo na Páscoa, quando as promessas batismais são renovadas, corresponde aos três artigos do Credo Apostólico. Nosso pleno reconhecimento mútuo do Batismo é efetivamente a base da crescente comunhão entre nós.

12. Anglicanos e Católicos Romanos se alegram por serem capazes de afirmar em uníssono:

Creio em Deus, Pai Todo Poderoso,
criador do céu e da terra.
Creio em Jesus Cristo, seu único Filho, nosso Senhor,
que foi concebido pelo poder do Espírito Santo
e nasceu da Virgem Maria.
Padeceu sob Pôncio Pilatos, foi crucificado, morto e sepultado.
Desceu ao meio dos mortos.
Ressuscitou ao terceiro dia.
Subiu ao céu e está sentado à direita do Pai.
Virá de novo para julgar os vivos e os mortos.
Creio no Espírito Santo, na santa Igreja católica,
na comunhão dos santos, na remissão dos pecados,
na ressurreição do corpo e na vida eterna. Amém.

13. Confessamos juntos que somos agraciados com o dom plenamente não merecido da revelação de Deus em Cristo. Nossa profissão de fé brota desse dom, do qual vem também nossa solene responsabilidade de sair e partilhar o que recebemos (cf Mateus 10,8; 28,18-20). Proclamamos que Cristo é a imagem do Deus invisível (Colossenses 1,15). Ele, o único mediador entre Deus e a humanidade, se encarnou, sofreu e morreu na cruz por nós, e foi ressuscitado pelo Pai pelo poder do Espírito, para que nós pudéssemos ter vida através do mesmo Espírito (cf Romanos 8,11), tomar parte na natureza divina (cf 2 Pedro 1,4), e assim refletir a glória de Deus (cf 2 Coríntios 3,18).¹⁵ Pela vontade do Pai e por obra do Espírito Santo, Cristo redimiu o mundo de uma vez por todas (cf Colossenses 1,20-22). Estamos profundamente unidos em alegre agradecimento ao Deus vivo, Pai, Filho e Espírito Santo. Em celebrações litúrgicas, fazemos regularmente a mesma profissão de fé trinitária na forma do Credo apostólico ou do Credo Niceno-constantinopolitano.

14. Cremos que a vida divina é uma comunhão (em grego: *koinonia*), e que a Igreja é uma comunhão pela participação na eterna comunhão do Filho com o Pai no Espírito Santo.¹⁶ A “comunhão dos santos” que professamos no Credo Apostólico é tradução do latim *communio sanctorum*, que é ao mesmo tempo a comunhão dos santos de Deus (*sancti*) e a sua comunhão nos santos dons de Deus (*sancta*) da palavra e do sacramento.¹⁷ A Igreja Católica Romana e a Comunhão Anglicana já podem reconhecer, uma na outra, muitos dons de Deus. Essa partilha nos dons de Deus já constitui um laço de comunhão entre nós. Somos chamados a vivenciar visivelmente essa real mas imperfeita comunhão, enquanto nos empenhamos na busca da plena unidade visível.

2. Igreja como Comunhão na Missão

15. “O propósito de Deus, de acordo com a Sagrada Escritura, é unir toda a criação sob o senhorio de Jesus Cristo em quem, pelo poder do Espírito Santo, tudo é posto em comunhão com Deus (Efésios 1). A Igreja é a amostra dessa comunhão com Deus e de uns com outros.”¹⁸ Anglicanos e católicos em diálogo chegaram ao consenso de que comunhão ou *koinonia* é o termo que expressa mais adequadamente o mistério que perpassa as várias imagens da Igreja no Novo Testamento.¹⁹ A união com Deus em Cristo Jesus através do Espírito é o coração da *koinonia* cristã. O Filho de Deus tomou sobre si a natureza humana e enviou sobre nós o seu Espírito, que nos torna tão verdadeiros membros do corpo de Cristo que nós também somos capazes de chamar a Deus “*Abba, Pai*” (Rom 8,15; Gál 4,6). A *koinonia* de uns com os outros está ligada a nossa *koinonia* com Deus em Cristo (cf 1 Jo 1,1-4). Esse é o mistério da Igreja.²⁰

16. Além disso, concordamos que esse mistério requer uma expressão visível.²¹ A Igreja é feita para ser o “sacramento” da obra redentora de Deus, é “tanto sinal como instrumento”²² do propósito de Deus em Cristo: “recapitular tudo em Cristo, tudo o que

¹⁵ Cf. ARCIC, *A Salvação e a Igreja* (1987), n.1; nossa humanidade é transformada, recriada, restaurada e aperfeiçoada em Cristo (*ibid.* nn.12, 13, 17, 19), puramente pela graça de Deus (*ibid.* nn.1, 3, 9, 19, 23-25, 27, 30).

¹⁶ Cf. ARCIC, *Igreja como Comunhão* (1991), n.6 ff.

¹⁷ *A Salvação e a Igreja*, nn.1, 9, 11.

¹⁸ *A Unidade da igreja como Koinonia: Dom e Chamado* (‘Declaração de Camberra, 1991), em *Crescer em Acordo II*, J. Gros, H. Meyer e W. Rusch, editores, (Geneva/Grand Rapids: WCC Publications/Eerdmans, 2000), p.937.

¹⁹ ARCIC, *Relatório Final* (Londres: CTS/SPCK, 1981), Introdução, n.4.

²⁰ *Ibid.* n.5; cf. *Igreja como Comunhão*, nn.8, 13, 43.

²¹ *Ibid.* n.7; cf. *Igreja como Comunhão*, n.43.

²² *Ibid.* n.7; cf. *Salvação e a Igreja*, nn.26-29; *Igreja como Comunhão*, nn.17, 19.

existe no céu e na terra” (Efésios 1,10).²³ Como corpo de Cristo, o Filho encarnado, que foi enviado ao mundo, porque Deus ama o mundo (cf. João 3,16-17), a própria Igreja é essencialmente enviada em missão para o mundo. Sua missão está enraizada na missão redentora do Filho e do Espírito e é, de fato, uma forma sacramental dessa missão divina.

17. A Igreja é, portanto, uma comunhão na missão. É precisamente como comunhão que a Igreja é “sacramento da graça misericordiosa de Deus para toda a humanidade”²⁴, enviada ao mundo. A própria unidade da Igreja é ao mesmo tempo uma experiência do mistério do Reino e um testemunho do Evangelho (cf a prece de Jesus: “que sejam um... para que o mundo creia” (João 17,21). A vivência de comunhão da Igreja é, portanto, uma parte vital de sua missão, que fica prejudicada quando falta comunhão. A Igreja anuncia o que ela é chamada a se tornar²⁵ e é já a comunidade onde a salvação é oferecida e recebida. É, portanto, um sinal efetivo, dado por Deus diante da situação humana de pecado, divisão e alienação.²⁶ “Confessando que sua comunhão significa o projeto de Deus para toda a raça humana, os membros da Igreja são chamados a se doar em amoroso testemunho e serviço a seus companheiros humanos.”²⁷

18. Como sinal antecipado do Reino, a Igreja existe para anunciar a plenitude do Reino. O Espírito Santo que unge e fortalece a Igreja lhe revela as coisas que virão (cf João 16,13). Enquanto também age fora da comunidade dos cristãos, o Espírito sustenta a vida nova do Reino dentro da Igreja, onde Cristo é explicitamente confessado,²⁸ e o Evangelho se torna “uma realidade manifesta”.²⁹ A Igreja é chamada a ser “uma expressão viva do Evangelho, evangelizada e evangelizadora, reconciliada e reconciliadora, unida e unindo outros”.³⁰ “A vontade de Cristo e a sua prece é que seus discípulos sejam um. Os que receberam a mesma palavra de Deus e foram batizados no mesmo Espírito não podem, sem ser desobedientes, indefinidamente consentir numa situação de separação. A unidade faz parte da essência da Igreja e, já que a Igreja é visível, a unidade tem que ser visível também.”³¹ Estamos, portanto, irrevogavelmente comprometidos com o restabelecimento da plena unidade visível.

19. Católicos romanos e anglicanos concordam que a Eucaristia é o sinal efetivo da *koinonia*, que o ministério da supervisão (*episcopate*) está a serviço da *koinonia* e que o ministério da primazia é um laço visível e um foco para a *koinonia*.³² Compreendemos a Igreja como comunhão de igrejas locais (dioceses).³³ Uma igreja local é “uma reunião dos batizados unidos pela pregação apostólica, confessando a

²³ *Igreja como Comunhão*, nn.15, 35, 38.

²⁴ *Ibid.* n.5. A Igreja Católica tocou nesse mesmo ponto no ‘Final Relatio’ do Sínodo Extraordinário realizado em Roma em 1985 para celebrar o vigésimo aniversário do final do Vaticano II: “A igreja como comunhão é o sacramento para a salvação do mundo” (II, D, 1; em *L’Osservatore Romano*, 10 de dezembro de 1985).

²⁵ *Relatório Final*, Introdução, n.7.

²⁶ *Igreja como Comunhão*, n.19.

²⁷ *Ibid.* n.22.

²⁸ *Ibid.* n.22.

²⁹ *A Salvação e a Igreja*, n.28. Do mesmo modo, no Vaticano II, A Igreja Católica afirmou: “A Igreja acredita que é conduzida pelo Espírito do Senhor que enche o orbe da terra” (*Gaudium et Spes* [Constituição Pastoral sobre a Igreja no Mundo Moderno, n.11). “Todo o bem que o Povo de Deus, no tempo de sua peregrinação terrestre, pode prestar à família dos homens, deriva do fato de ser a Igreja “o sacramento universal da salvação”, manifestando e ao mesmo tempo operando o mistério do amor de Deus para com os homens.” (*Gaudium et Spes*, n.45).

³⁰ *A Salvação e a Igreja*, n.28.

³¹ *Relatório Final*, Introdução, n.9.

³² Cf. *ibid.* n.6.

única fé, celebrando a única Eucaristia, e liderados por um ministro apostólico”.³⁴ No meio da diversidade das igrejas locais, a unidade e a coerência são mantidas por uma confissão comum de uma única fé apostólica, por uma vida sacramental partilhada, por um ministério comum de supervisão, com dimensões de colegiado e de primado, e por meios comuns de tomar decisões e oferecer ensinamentos com autoridade.³⁵ Concordamos que uma única celebração da Eucaristia é a “proeminente expressão e o foco” da comunhão eclesial.³⁶

20. Dentro do contexto de nosso acordo sobre a natureza da Igreja e sua missão, a questão precisa ser colocada: onde se pode encontrar realmente a Igreja? Anglicanos e católicos romanos concordam que há elementos essenciais, constitutivos da vida eclesial, que precisam estar “presentes e mutuamente reconhecidos” em cada igreja local, para que lá exista aquela “única comunhão visível que Deus deseja.”³⁷ O grau de comunhão visível depende da extensão de nosso reconhecimento mútuo dos santos dons e dos elementos constitutivos da Igreja, de uns para outros.

21. Para os anglicanos, a Conferência de Lambeth de 1998 reafirmou o Quadrilateral de Chicago- Lambeth de 1888 “como uma base a partir da qual os anglicanos buscam a plena, visível unidade da Igreja” e também o reconheceram como “uma declaração da identidade e da unidade anglicanas”.³⁸ Essa “breve, esquemática expressão das condições necessárias para a unidade visível”, que tem também “servido bem aos anglicanos como base para conversações ecumênicas”, se baseia nas Sagradas Escrituras do Antigo e do Novo Testamento, nos Credos Apostólico e Niceno, nos sacramentos do Batismo e da Eucaristia, no episcopado histórico. Esses quatro elementos são compreendidos como “dons para sustentar e alimentar uma vida de unidade”.³⁹ Há também um consenso geral de que a manutenção da unidade requer estruturas de comunhão. Encontros de bispos com um bispo presidente e concílios ou sínodos que reúnam bispos, clero e laicato prestariam serviço à unidade em níveis de província e diocese. O arcebispo de Canterbury, a Conferência de bispos de Lambeth, o Conselho Consultivo Anglicano, o Encontro dos Primazes são chamados a servir à unidade da Comunhão em nível mundial. No entanto, reconhecendo que a comunhão se prejudica quando esses instrumentos são negligenciados, os anglicanos estão dando renovada atenção à natureza e ao papel de suas estruturas internacionais.

22. Para os católicos, o Concílio Vaticano II adotou uma abordagem da Igreja que menciona “os elementos ou bens, com os quais, em conjunto, a própria Igreja é edificada e vivificada.”⁴⁰ O Concílio ensinou que estão plenamente incorporados à Igreja os que “tendo o Espírito de Cristo, aceitam a totalidade de sua organização e todos os meios de salvação nela instituídos e, na sua estrutura visível – regida por Cristo através do Sumo Pontífice e dos Bispos – se unem com ele pelos vínculos da profissão de fé, dos sacramentos, do regime e da comunhão eclesiásticos.”⁴¹ Por

³³ Cf. também a expressão ‘corpo das Igrejas’ (*corpus Ecclesiarum*), usada no Vaticano II, *Lumen Gentium* (Constituição Dogmática sobre a Igreja), n.23.

³⁴ *Igreja como Comunhão*, n.43; cf. Atos 2,42.

³⁵ *Ibid.* nn.39, 45.

³⁶ *Ibid.* n.45, cf. n.24.

³⁷ Cf. *ibid.* nn.14,43,48.

³⁸ Conferência de Lambeth, 1998, Resolução IV.2 (a).

³⁹ ‘Chamados a ser Um: Seção IV Report’, no Relatório Oficial da conferência de Lambeth 1998 (Harrisburg: Morehouse Publishing, 1999), p.233; cf. também Conferência de Lambeth, 1998, Resolução III.8.

⁴⁰ *Unitatis Redintegratio*, n.3; cf. *Lumen Gentium*, n.8.

⁴¹ *Lumen Gentium*, n.14; cf. também n.15.

causa da presença de todos esses elementos, é ensinado que a Igreja de Cristo que professamos no Credo como una, santa, católica e apostólica, “subsiste na Igreja Católica, que é governada pelo sucessor de Pedro e pelos bispos em comunhão com ele”.⁴² A “plenitude da graça e da verdade” e a “plenitude dos meios de salvação” foram confiadas à Igreja Católica,⁴³ um mandato que pode ser obscurecido “pelas fraquezas, as mediocridades, os pecados e às vezes as traições de alguns de seus filhos”.⁴⁴ Ao mesmo tempo, o Concílio reconheceu que “alguns, mesmo muitos, dos mais significativos elementos e bens... podem existir fora das fronteiras visíveis da Igreja Católica”,⁴⁵ “muitos elementos de santificação e verdade são encontrados fora de suas estruturas visíveis”.⁴⁶ Entre outros elementos, aí se incluem o respeito pela Sagrada Escritura, um sincero zelo religioso pelo batismo e outros sacramentos.⁴⁷ “Na medida em que tais elementos se encontram nas outras Comunidades cristãs, a única Igreja de Cristo tem nelas uma presença operante.”⁴⁸ De fato, tais elementos constituem “a base objetiva para a comunhão, mesmo que imperfeita,” que existe entre a Igreja Católica e outras Comunidades cristãs.⁴⁹ Existe uma proeminente menção do ministério petrino no ensinamento do Vaticano II. Significativamente, como nas citações acima, ele vem associado ao ministério dos bispos. Um dos ensinamentos marcantes do Vaticano II foi o que diz que os bispos em colegiado, em sucessão ao colégio dos apóstolos e “juntos com seu chefe, o Romano Pontífice, e nunca sem ele, têm poder supremo e pleno sobre a Igreja inteira.”⁵⁰

23. Mesmo que já possamos afirmar juntos que a primazia universal, como ponto visível de unidade, é “um dom a ser partilhado”, capaz de ser “oferecido e recebido mesmo antes que nossas Igrejas estejam em plena comunhão”,⁵¹ ainda assim permanecem sérias questões para os anglicanos a respeito da natureza e das conseqüências jurisdicionais do primado universal.⁵²

24. Anglicanos e católicos partilham um considerável grau de acordo sobre os elementos constitutivos da comunhão visível. Concordamos que o ministério da supervisão tem “dimensões tanto colegiais como primaciais”, e mais ainda, que no contexto de comunhão de todas as Igrejas, o ministério episcopal de um primado universal tem seu papel como “o foco visível da unidade”.⁵³

25. Nosso esforço ecumênico está fundamentado na convicção de que todos esses dons, “que provêm de Cristo e a Cristo conduzem, pertencem por direito à única Igreja de Cristo”.⁵⁴ “A plena unidade realizar-se-á quando todos participarem da plenitude dos meios de salvação que Cristo confiou à sua Igreja.”⁵⁵ Em nosso empenho pela unidade, o objetivo da Igreja Católica Romana e da Comunhão Anglicana é a união numa comum confissão da fé apostólica e numa vida sacramental partilhada com

⁴² *Ibid.* n.8.

⁴³ *Unitatis Redintegratio*, n.3.

⁴⁴ Cf. Papa João Paulo II na Carta encíclica sobre Ecumenismo, *Ut Unum Sint* (1995), n.11.

⁴⁵ *Unitatis Redintegratio*, n.3.

⁴⁶ *Lumen Gentium*, n.8.

⁴⁷ Cf. *Ibid.*, n.15.

⁴⁸ *Ut Unum Sint*, n.11.

⁴⁹ *Ibid.*

⁵⁰ *Lumen Gentium*, n.22.

⁵¹ ARCIC, *O dom da autoridade* (1999), n.60.

⁵² Cf. ARCIC, *Autoridade na Igreja II* (1981), nn.17-22.

⁵³ *Igreja como Comunhão*, n.45.

⁵⁴ *Unitatis Redintegratio*, n.3; cf. *Lumen Gentium*, n.8.

⁵⁵ *Ut Unum Sint*, n.86.

um ministério comum de supervisão. A partilha desses elementos inter-relacionados servirá ao testemunho da Igreja na missão e o fortalecerá.

3. A Palavra viva de Deus

26. Anglicanos e católicos romanos acolhem uma herança cristã comum, partilhada por muitos séculos, “ com suas vivas tradições de liturgia, teologia, espiritualidade, organização da Igreja e missão.”.⁵⁶ Concordamos que a Igreja vive sua tradição num processo dinâmico, “comunicando a cada geração o que foi transmitido de uma vez por todas à comunidade apostólica”,⁵⁷ e que a Igreja é “serva e não senhora do que recebeu”.⁵⁸ Com muitos séculos de antecedência, Deus preparou seu povo para a chegada de Cristo. Os patriarcas e os profetas receberam e proclamaram a palavra de Deus no Espírito, e então, na plenitude do tempo (Gálatas 4,4), pelo poder do mesmo Espírito, a Palavra de Deus se fez carne, nasceu de uma mulher, e exerceu seu ministério.⁵⁹

27. A Palavra que se tornou carne e habitou entre nós está no centro do que foi transmitido desde o começo e do que será transmitido até o fim,⁶⁰ e o Espírito Santo potencializa a memória dos ensinamentos e da obra de Cristo e de sua exaltação, da qual a comunidade apostólica foi a primeira testemunha.⁶¹ É a Palavra viva de Deus, junto com o Espírito, que comunica o convite de Deus à comunhão para o mundo inteiro em todas as eras.⁶² Portanto, alegremo-nos ao reafirmar que a missão da Igreja é mais verdadeiramente a do Filho e do Espírito. Corretamente entendida, a tradição é em si mesma um ato de comunhão pelo qual o Espírito une as igrejas locais de nossos dias àquelas que as precederam na única fé apostólica.⁶³ A comunhão de Cristo cobre o tempo e o espaço.⁶⁴

28. Concordamos que a Palavra revelada é “recebida e comunicada através da vida do conjunto da comunidade cristã”,⁶⁵ já que o Espírito Santo é dado a todo o povo de Deus, é dentro da Igreja, como um todo, que a memória viva da fé é ativa.⁶⁶ Os cristãos estão unidos, conformados ao corpo de Cristo pelo Espírito para o louvor e a glória de Deus e para ministrar ao mundo a graça e a comunhão.

29. Existimos como cristãos pela Tradição do Evangelho, testemunhado na Escritura, transmitido na e pela Igreja através do poder do Espírito Santo.⁶⁷ “Dentro da Tradição, as Escrituras ocupam um lugar único e normativo e pertencem ao que nos foi

⁵⁶ *Relatório de Malta* (Relatório da Comissão preparatória conjunta Anglicano/ Católica Romana, 1968; publicado no *Relatório Final*, pp.108-116), n.3.

⁵⁷ *O dom da autoridade*, n.14. Por convenção, a palavra Tradição (com maiúscula) se refere “ao próprio Evangelho, transmitido de geração em geração, na e pela Igreja”, na verdade se refere “ao próprio Cristo”; sem maiúscula, a palavra “tradição” se refere ao “processo da tradição”, a transmissão da verdade revelada; e no plural “tradições” se refere à diversidade de formas de expressão e de tradições confessionais; cf. Quarta Conferência Mundial de Fé e Ordem, Relatório de Montreal, 1963, seção II. Por sua própria natureza, tradições têm necessidade da prática regular de discernimento.

⁵⁸ *A Salvação e a Igreja*, n.27.

⁵⁹ ARCIC, *Autoridade na Igreja I: Elucidação* (1981), n.2.

⁶⁰ *O Dom da Autoridade*, n.14.

⁶¹ *Igreja como Comunhão*, n.26.

⁶² *Ibid.* n.27.

⁶³ *O Dom da Autoridade*, n.16.

⁶⁴ *Igreja como Comunhão*, n.31.

⁶⁵ *O Dom da Autoridade*, n.14.

⁶⁶ *Igreja como Comunhão*, n.29.

⁶⁷ *Relatório de Montreal*, 1963 (*op. cit.*), Seção II, n.45.

dado de uma vez por todas.”⁶⁸ Bem no começo, por orientação do Espírito Santo, “a Igreja foi levada a reconhecer o cânon da Escritura como teste e norma” para garantir a autenticidade de sua memória.⁶⁹ Portanto, as Escrituras, como testemunha singular da divina revelação, têm um papel único na função de conservar viva na Igreja a memória dos ensinamentos e da obra de Cristo. Concordamos que o ensinamento, a pregação e a ação da Igreja precisam constantemente ser avaliados pelas Escrituras; no entanto, a maneira pela qual cada uma das nossas Igrejas compreende a função das Escrituras como “teste e norma” necessita ainda de maior clarificação.

30. Ao aproximar-se da Escritura, o fiel cristão se vê diante da rica diversidade de métodos de leitura e interpretação usados ao longo da história da Igreja (por exemplo: histórico-crítico, exegético, tipológico, espiritual, sociológico, canônico). Esses métodos, todos com seu valor, tem sido desenvolvidos em muitos contextos diferentes da vida da Igreja, que precisam ser considerados e respeitados. O diálogo Anglicano/ Católico Romano nas décadas recentes tem sido em si um contexto para o desenvolvimento de uma leitura ecumênica da Escritura que tem conscientemente tentado deixar para trás conhecidas controvérsias e buscado novas abordagens conjuntas a respeito das coisas que ainda nos dividem.⁷⁰

31. A pregação efetiva é indispensável para permitir que as Escrituras alimentem os fiéis e comuniquem a Palavra de Deus viva (cf Romanos 10, 14,17). A responsabilidade de conservar a comunidade fiel à fé apostólica e de transmiti-la à Igreja em todos os tempos é um elemento essencial no ministério dos que exercem a supervisão na Igreja.⁷¹ A fim de promover e sustentar a missão da Igreja⁷² eles exercem um ministério da memória, pregação, explicação e aplicação da verdade do Evangelho.

32. Ambas as Comunhões concordam que, sob a orientação do Espírito Santo, a Tradição do Evangelho está viva na Igreja, em continuidade com os primeiros séculos quando o testemunho, a memória e a interpretação apostólica assumiram forma normativa no cânon da Escritura, e os quatro primeiros concílios formularam as doutrinas fundamentais e obrigatórias da fé cristã. No entanto, anglicanos e católicos romanos divergem a respeito do status tanto dos concílios como das doutrinas formuladas, nos séculos desde aquele tempo até hoje. Há outras divergências no modo pelo qual é exercida a autoridade na vida da Igreja e se discerne a autêntica Tradição (cf. parágrafos 69, 71 e 73-76 abaixo).

4. Batismo

33. Anglicanos e católicos romanos concordam que recebem um único batismo, administrado com água em nome do Pai, do Filho e do Espírito Santo. Fazemos isso em obediência à ordem do Senhor Ressuscitado (Cf Mateus 28,18-20). Consideramos o batismo um sacramento de iniciação instituído por Jesus Cristo, pelo qual somos incorporados à vida do seu corpo, a Igreja. O batismo é o sacramento da fé, através do qual uma pessoa assume a fé da Igreja e é assumida por ela.

⁶⁸ *O dom da autoridade*, n.19

⁶⁹ *Igreja como Comunhão* n.26.

⁷⁰ Cf. ARCIC, *Maria: Graça e Esperança em Cristo* (2005), n.7, que explicitamente declara a intenção da Comissão no sentido de oferecer uma leitura eclesial e ecumênica da Escritura.

⁷¹ Cf. ARCIC, *Ministério e Ordenação* (1973), n.10.

⁷² Cf. *Igreja como Comunhão*, n.32.

34. Junto com outros cristãos, aceitamos os significados que o batismo tem nas Escrituras e a tradição e a prática da Igreja primitiva.⁷³ Pelo batismo, através da fé, os cristãos são unidos a Cristo em sua vida, morte e ressurreição. Junto com todo o nosso humano estado de pecado, somos sepultados com Cristo (cf Romanos 6,3-11) e ressurgimos para uma vida nova, que começa aqui e agora, no poder de sua ressurreição.⁷⁴ Assim cremos que esse único batismo é para o perdão dos pecados, incluindo o pecado original, e que somos perdoados, lavados e limpos por Cristo, que veio ao mundo para salvar os pecadores. “O batismo é o sacramento irrepitível da justificação e da incorporação em Cristo (1ª Coríntios 6, 11; 12, 12-13; Gálatas 3,27)”⁷⁵ Pelo batismo, somente pela graça e não por causa de algum mérito de nossa parte, nos colocamos em Cristo e, recebendo seu Espírito, somos capazes de viver uma nova vida.

35. Pelo poder do Espírito que nos habita, o batismo inicia uma renovação da vida e do crescimento em santidade que Deus levará à plenitude na vida eterna. O que é dado no batismo é a “primeira prestação da consumação final e base para a esperança daquele que crê”.⁷⁶ Por um processo de santificação ao longo da vida inteira, os crentes “crescem na conformidade com Cristo, a perfeita imagem de Deus, até que ele apareça e sejamos como ele.”⁷⁷

36. Cremos que todos os que são batizados são incorporados ao corpo de Cristo, a Igreja. “Através do batismo, os cristãos são colocados em união com Cristo, uns com os outros e com a Igreja em todo tempo e lugar.”⁷⁸ Essa comunhão espiritual dos batizados recebe a expressão necessária em uma comunidade visível, na qual a Palavra de Deus é proclamada de novo, os sacramentos são celebrados e o povo de Deus recebe supervisão pastoral, para que a vida do Evangelho e a missão que dele deriva sejam vivenciadas pelos batizados.⁷⁹ O batismo na comunidade cristã está dirigido à plena expressão da vida nova recebida em Cristo, à medida que o pecado é superado e Deus é servido e glorificado em vidas à semelhança de Cristo.

37. Tanto na Comunhão Anglicana como na Igreja Católica Romana, o processo sacramental da iniciação cristã também inclui a confirmação. Faz parte de nossa compreensão comum que a confirmação seja um fortalecimento dado pelo Espírito Santo para o testemunho e a missão, e uma manifestação pública de pertença ao Corpo de Cristo. O século XX viu uma reavaliação, tanto na Igreja Católica Romana como na Comunhão Anglicana, da relação entre batismo, confirmação e participação na santa comunhão. Em ambas as tradições, é atualmente difundida a prática de admitir crianças à comunhão na idade da razão.

38. A Comunhão Anglicana e a Igreja Católica reconhecem mutuamente o batismo nelas conferido. Anglicanos e católicos, portanto, olham o nosso batismo comum como o laço básico da unidade entre nós,⁸⁰ mesmo reconhecendo que a plenitude da comunhão eucarística à qual o batismo deveria levar está impedida por desacordos

⁷³ Cf. Conselho Mundial de Igrejas, *Batismo, Eucaristia e Ministério [BEM]*, documento de Fé e Ordem no.111 (Genebra: WCC Publications, 1982), Batismo, nn.1-23.

⁷⁴ Cf. *ibid.* n.3.

⁷⁵ *A Salvação e a Igreja*, n.16.

⁷⁶ *Ibid.*

⁷⁷ *Ibid.* n.17.

⁷⁸ *BEM*, Batismo, n.6.

⁷⁹ Cf. *Igreja como Comunhão*, nn.15, 19.

⁸⁰ Cf. *ibid.* n.50, citando a Declaração Comum do papa João Paulo II e do arcebispo Robert Runcie, 2 de outubro de 1989.

que dizem respeito a certos elementos da fé e da prática que consideramos necessários para a plena comunhão visível. No entanto, reconhecemos que essa carência constitui um imperativo: anglicanos e católicos se comprometem a superar pela graça de Deus todas as divisões que ainda impedem a plenitude da comunhão eucarística e eclesial. Nossa comunhão fundamental no batismo nos dá uma compartilhada responsabilidade de testemunhar tão plenamente quanto possível o evangelho de Cristo diante do mundo e apresentar a nova vida vivida pelo corpo de Cristo, com a libertação e a renovação que aí estão envolvidas.

5. Eucaristia

39. Anglicanos e católicos concordam que a plena participação na Eucaristia, juntamente com o Batismo e a Confirmação, completam o processo sacramental de iniciação cristã.⁸¹ A Eucaristia é um dom recebido do Senhor mesmo, celebrada em obediência à sua ordem até que ele venha outra vez (cf. 1 Coríntios 11.23–25; Mateus 26.26-29; Marcos 14.22-25; Lucas 22.14-20; João 6.53-58). A visível comunhão no corpo de Cristo, à qual somos introduzidos pelo Batismo, é alimentada, aprofundada e expressada na comunhão eucarística, quando os fiéis comem e bebem, recebem o corpo e o sangue de Cristo. Quando seu povo está reunido na Eucaristia para celebrar a ação salvadora de Cristo para a nossa redenção, ele torna presentes e efetivos entre nós os benefícios eternos de sua vitória e impulsiona e renova a resposta de fé, a ação de graças e a fidelidade de seu povo.⁸² A identidade da Igreja como corpo de Cristo é expressa e visivelmente proclamada por estar centrada na partilha do corpo e do sangue de Cristo na Eucaristia.⁸³

40. Concordamos que a Eucaristia é o memorial do Cristo crucificado e ressuscitado, da obra completa de reconciliação que Deus nele realizou.⁸⁴ Por memorial, tanto anglicanos como católicos entendem não somente uma lembrança do que Deus fez no passado, mas uma efetiva proclamação sacramental, que através do Espírito Santo torna presente o que foi realizado e prometido de uma vez por todas. Nesse sentido, então, há apenas um único, histórico e irrepitível sacrifício oferecido uma vez por Cristo e aceito definitivamente pelo Pai, que não pode ser feito de novo nem requer acréscimos.⁸⁵ O memorial eucarístico, no entanto, torna presente esse definitivo sacrifício de Cristo. Portanto, é possível dizer que “a Eucaristia é um sacrifício no sentido sacramental, desde que fique claro que não se trata de uma repetição do sacrifício histórico.”⁸⁶ “Na Oração Eucarística, a Igreja continua a fazer um memorial perpétuo da morte de Cristo, e seus membros, unidos com Deus e entre si, agradecem por toda a sua misericórdia, suplicam os benefícios de sua paixão em nome de toda a Igreja, participam desses benefícios e entram no movimento de oferta que ele fez por todos.”⁸⁷ A ação da Igreja na celebração eucarística “nada acrescenta à eficácia do sacrifício de Cristo na cruz” mas é um fruto desse sacrifício. Na celebração eucarística o único sacrifício de Cristo se torna presente para nós.⁸⁸

41. Anglicanos e católicos crêem na presença real de Cristo na Eucaristia. A real comunhão com Cristo crucificado e ressuscitado pressupõe essa presença real, que é

⁸¹ Cf. *BEM*, Batismo, n.20.

⁸² Cf. ARCIC, *Doutrina eucarística* (1971), n.3.

⁸³ *Ibid.*

⁸⁴ Cf. ARCIC, *Doutrina Eucarística: Elucidação*, (1979), n.5; também 1 Coríntios 11.24-25; Lucas 22.19.

⁸⁵ Cf. *Doutrina Eucarística*, n.5.

⁸⁶ *Doutrina Eucarística: Elucidação*, n.5.

⁸⁷ *Doutrina Eucarística*, n.5.

⁸⁸ Cf. *Doutrina Eucarística: Elucidação*, n.5.

“efetivamente significada pelo pão e o vinho que, nesse mistério, se tornam seu corpo e seu sangue”⁸⁹ “O que aqui se afirma é uma presença sacramental na qual Deus usa as realidades deste mundo para comunicar as realidades da nova criação: pão para esta vida se torna pão de vida eterna. Antes da Oração Eucarística, à questão “o que é isso?”, o fiel responde: é pão. Depois da Oração Eucarística, à mesma questão ele responde: é verdadeiramente o corpo de Cristo, o Pão da Vida.”⁹⁰ Estando Cristo presente e ativo de maneiras variadas na celebração eucarística inteira, de modo que a sua presença não esteja limitada aos elementos consagrados,⁹¹ o pão e o vinho não são sinais vazios: o corpo e o sangue de Cristo se tornam realmente presentes e são realmente oferecidos nesses elementos.⁹²

42. A presença real de Cristo não depende da fé individual do crente mas do poder do Espírito Santo, que a Igreja invoca na liturgia a fim de receber o real dom do próprio Senhor.⁹³ No entanto, anglicanos e católicos concordam que a fé é necessária para que, participando do sacramento da presença real do Senhor, um encontro portador de vida possa acontecer.⁹⁴ “O pão e o vinho se tornam o corpo e o sangue sacramental de Cristo para que a comunidade cristã possa se tornar mais verdadeiramente o que ela já é, o corpo de Cristo.”⁹⁵

43. Concordamos que a Eucaristia é a “refeição do Reino”,⁹⁶ na qual a Igreja agradece por todos os sinais da vinda do Reino. Pela ação transformadora do Espírito de Deus, os elementos do pão e do vinho, frutos da primeira criação, se tornam uma antecipação das alegrias da era que há de vir, “promessas e primícias do novo céu e da nova terra”⁹⁷ e um sinal antecipado do Reino.⁹⁸ Reconciliados na Eucaristia, os membros do corpo de Cristo são chamados a ser “servidores da reconciliação entre homens e mulheres e testemunhas da alegria da ressurreição”⁹⁹ que desponta em nosso mundo.

44. Anglicanos e católicos romanos concordam que todas as celebrações da Eucaristia têm relação com a Igreja inteira, e que a Igreja inteira está envolvida em cada celebração local. A comunhão estabelecida no corpo de Cristo é uma comunhão com todos os cristãos, de todos os tempos e lugares.¹⁰⁰ Eles também concordam que somente bispos e padres episcopalmente ordenados e autorizados presidem a Eucaristia.

45. Anglicanos e católicos romanos sustentam que há uma ligação inseparável entre Eucaristia e Ministério. Sem o reconhecimento e a reconciliação dos ministérios, portanto (cf parágrafos 60 e 61 abaixo), não é possível captar o impacto total da nossa compreensão comum sobre a Eucaristia.

⁸⁹ *Doutrina Eucarística*, n.6.

⁹⁰ *Doutrina Eucarística: Elucidação*, n.6.

⁹¹ *Doutrina eucarística: elucidação*, n.6

⁹² Cf. *Doutrina Eucarística*, n.8.

⁹³ *Ibid.*

⁹⁴ Cf. *ibid.*; also *BEM*, Eucaristia, n.13.

⁹⁵ *Doutrina Eucarística: Elucidação*, n.6.

⁹⁶ Cf. *BEM*, Eucaristia, nn.22-26.

⁹⁷ *Doutrina Eucarística*, n.11.

⁹⁸ Cf. *BEM*, Eucaristia, n.6.

⁹⁹ *Ibid.* n.24.

¹⁰⁰ Cf *ibid* n 19

46. Anglicanos e católicos reconhecem que há uma relação intrínseca entre a partilha da Eucaristia e a plena comunhão eclesial, mas divergem a respeito da maneira como isso é expresso no caminho para a plena comunhão. Portanto, as Igrejas da Comunhão Anglicana e a Igreja Católica Romana têm diferentes normas disciplinares para a partilha eucarística.

47. A Igreja Católica entende a partilha eucarística com aqueles que ainda não estão em plena comunhão eclesial como algo excepcional, limitado a casos particulares de necessidade espiritual.¹⁰¹ Além disso, não permite nem que o fiel católico receba a Eucaristia daqueles cujo ministério não tenha sido oficialmente reconhecido pela Igreja Católica, nem que o clero católico concelebre com ministros nessa mesma situação.¹⁰²

48. As províncias anglicanas regularmente admitem à comunhão os fiéis batizados que são membros comungantes de outras comunidades cristãs. Em algumas circunstâncias, os anglicanos permitem partilha eucarística com outras Igrejas nas quais há acordo suficiente na fé e no compromisso da vida partilhada. Algumas Igrejas anglicanas reconhecem que o ministério clerical de mulheres não é aceito por alguns de seus fiéis, e tomam providências a esse respeito, embora isso resulte num enfraquecimento da plena comunhão eucarística.

49. Anglicanos e católicos romanos providenciam o sacramento para aqueles que não podem assistir à celebração eucarística. Isso é entendido como uma extensão da celebração. Adoração de Cristo no sacramento assim preservado é encorajada pela Igreja Católica Romana. Embora isso seja também praticado em algumas Igrejas anglicanas, há anglicanos que encontrariam dificuldade nessas práticas devocionais porque temem que elas obscureçam o verdadeiro objetivo do sacramento.¹⁰³

6. Ministério

50. Anglicanos e católicos romanos concordam que Cristo confia seu próprio ministério à Igreja inteira como seu corpo; seu ministério é a fonte e o modelo do qual todos os ministérios se originam e tomam forma.¹⁰⁴ O Espírito Santo dá a cada pessoa batizada dons (carismas) para serem usados a serviço da comunidade cristã e a serviço do mundo e suas necessidades. Todos são chamados a oferecer suas vidas como um “sacrifício vivo” (Romanos 12,1) e a orar pela Igreja e pelo mundo.¹⁰⁵

51. Dentro da comunidade da Igreja, o ministério ordenado é parte do desígnio de Deus para seu povo. O ministério ordenado se relaciona ao ministério de Cristo e ao ministério de todo o povo de Deus.¹⁰⁶ Na Igreja primitiva, os apóstolos exerceram um ministério, único e irrepetível, que permanece com significado fundamental para a Igreja de todos os tempos.¹⁰⁷ Ministros ordenados têm como especial tarefa e responsabilidade a continuação dos ensinamentos e da missão dos apóstolos; simbolizam e conservam a apostolicidade, que é uma marca da Igreja inteira.

¹⁰¹ Cf. Pontifício Conselho para a Promoção da Unidade dos Cristãos, *Diretório para a Aplicação de Princípios e Normas sobre Ecumenismo*, daqui em diante chamado *Diretório Ecumênico* (Cidade do Vaticano: Imprensa Vaticana, 1993), nn.104, 122-123, 129-131.

¹⁰² Cf. *ibid.* n.132.

¹⁰³ Cf. *Clarificações; Doutrina Eucarística: Elucidação*, n.9.

¹⁰⁴ Cf. *Ministério e Ordenação*, n.3.

¹⁰⁵ Cf. *ibid.* n.17.

¹⁰⁶ Cf. *ibid.* n.3.

¹⁰⁷ Cf. *ibid.* n.4.

52. Concordamos que a providencial forma tripla de ordenação dos ministérios de bispos, presbíteros (padres) e diáconos, surgiu a partir dos padrões de ministério do Novo Testamento, sob a orientação do Espírito Santo, bem no começo da história da Igreja. Ambas as comunhões conservaram a tripla forma de ministério e pretendem ser fiéis a esse padrão.

53. Cristo chamou os apóstolos e, dentro e através da Igreja, continua a chamar pessoas para servirem no ministério apostólico. “A Ordenação mostra a entrada nesse ministério apostólico dado por Deus.”¹⁰⁸ O ato de ordenação é um sinal da apostolicidade e da continuidade da Igreja.¹⁰⁹ É um sinal da fidelidade de Deus à Igreja e da intenção da Igreja de ser fiel à missão e aos ensinamentos dos apóstolos. No ato sacramental, o bispo ora a Deus para que conceda o dom do Espírito Santo aos que estão sendo ordenados e impõe as mãos sobre os candidatos como sinal externo do dom concedido. Assim, sua vocação vem de Cristo e a qualificação para exercer o ministério é dom do Espírito Santo. Tanto anglicanos como católicos romanos “afirmam a proeminência do batismo e da eucaristia como sacramentos necessários à salvação. Isso não diminui sua compreensão da natureza sacramental da ordenação.”¹¹⁰ “Porque o ministério existe na e para a comunidade e porque a ordenação é um ato no qual toda a Igreja de Deus está envolvida, a oração e a imposição de mãos acontecem dentro do contexto da eucaristia.”¹¹¹ Em ambas as Comunhões, a ordenação é irrepetível.

54. Em ambas as Comunhões, presbíteros e diáconos são ordenados pelo bispo. Na ordenação de um presbítero, o bispo se une aos presbíteros na imposição de mãos, como sinal da natureza partilhada do encargo confiado ao candidato. Na ordenação de um novo bispo, pelo menos três bispos impõem as mãos sobre o candidato, como sinal de que o novo bispo e a igreja local estão dentro da comunhão das igrejas. “Sua participação também garante a continuidade histórica dessa igreja com a igreja apostólica e de seu bispo com o ministério apostólico original.”¹¹² A comunhão das igrejas na missão, na fé e na santidade através do tempo e do espaço é assim simbolizada e mantida no bispo. A Ordenação é entendida, por ambas as Comunhões, como estando em processo de sucessão dos apóstolos, dentro da apostolicidade da Igreja inteira.¹¹³

55. Concordamos que aqueles que são ordenados têm responsabilidade pelo ministério da Palavra e do Sacramento. Um elemento essencial no ministério ordenado é a responsabilidade de supervisão (epíscopo), para garantir que a Igreja viva em fidelidade à fé apostólica e para transmiti-la à próxima geração.¹¹⁴ A plenitude do ministério da supervisão é confiada ao episcopado, que tem a responsabilidade de manter e expressar a unidade da Igreja e guiá-la na missão.¹¹⁵ A consulta aos fiéis é um aspecto integrante da supervisão episcopal.¹¹⁶ Dentro da diocese o ministério da supervisão é exercido pelo bispo, e no serviço da comunhão de todas as Igrejas locais, pelos bispos colegiadamente. Em suas dioceses, quando se reúnem regionalmente e em nível mundial, os bispos têm um papel especial na manutenção da fidelidade da

¹⁰⁸ *Ibid.* n.14.

¹⁰⁹ Cf. *ibid.*

¹¹⁰ *Ministério e Ordenação: Elucidação*, (1979), n.3.

¹¹¹ *Ministério e Ordenação*, n.14.

¹¹² *Ibid.* n.16.

¹¹³ Cf. *Ibid.* n.15.

¹¹⁴ Cf. *Ibid.* n.9.

¹¹⁵ Cf. *Igreja como Comunhão*, n.45.

¹¹⁶ Cf. *O Dom da Autoridade*, n.38.

Igreja ao ensinamento apostólico, em conformidade com o pensamento de Cristo. Os padres se associam aos bispos no exercício da supervisão e no ministério da Palavra e dos Sacramentos, presidindo a Eucaristia e proclamando a absolvição.¹¹⁷ Os diáconos se associam aos bispos e presbíteros no ministério da Palavra e do Sacramento. Eles têm uma especial responsabilidade na colaboração com os bispos no ministério eclesial de serviço.

56. A Comunhão Anglicana e a Igreja Católica Romana afirmam o sacerdócio de bispos e presbíteros, crendo que está relacionado ao sacerdócio de Cristo e ao sacerdócio de todo o povo de Deus.¹¹⁸ O sacerdócio de Cristo é único. Ele é o nosso Sumo Sacerdote que reconciliou a humanidade com o Pai. Todo sacerdócio deriva do seu e é totalmente dependente dele. O sacerdócio de todo o povo de Deus (cf 1 Pedro 2,5) é consequência da incorporação a Cristo pelo batismo e está voltado para o Reino com Cristo (Cf Apocalipse 5,10; 20,6).¹¹⁹

57. O ministério ordenado é chamado sacerdotal porque traz a plenitude do Evangelho para todo o povo para a sua salvação, de tal modo que todos sejam capazes de adorar o Deus verdadeiro (romanos 15,16). O ministério ordenado é chamado sacerdotal também porque, na celebração da Eucaristia como memorial do sacrifício de Cristo, o ministro ordenado tem uma particular configuração a Cristo como Sumo Sacerdote que continua a interceder por nós (Hebreus 7,25).¹²⁰ “Na Eucaristia o povo de Cristo faz o que ele mandou que fizessem em sua memória e Cristo os une sacramentalmente consigo no seu sacrifício. Mas nessa ação é somente o ministro ordenado que preside a Eucaristia, na qual, em nome de Cristo e por sua Igreja, o presidente recita a narrativa da instituição da Última Ceia e invoca a Espírito Santo sobre as ofertas. A palavra sacerdócio é usada por analogia quando é aplicada ao povo de Deus (o sacerdócio comum) e ao ministério ordenado. Essas são duas realidades distintas que se relacionam, cada uma a seu modo, com o alto sacerdócio de Cristo, o único sacerdócio da nova aliança...”¹²¹

58. O sacerdócio do ministério ordenado não pode ser derivado da congregação. É uma vocação distinta, não é um aprimoramento do sacerdócio comum. Mas ainda assim o sacerdócio comum e o sacerdócio ministerial estão correlacionados. O ministro, embora não seja delegado pela congregação, de fato age em seu nome e desse modo focaliza sua oferta de adoração. Somente bispos e padres ordenados e autorizados pelo episcopado presidem a Eucaristia.

59. Católicos romanos e anglicanos partilham esse acordo quanto ao ministério de todo o povo de Deus, ao ministério distinto dos ordenados, às três formas de ordenação ministerial, a sua origem, caráter e sucessão apostólicas e ao ministério da supervisão.

60. Em sua carta apostólica sobre as Ordens anglicanas, *Apostolicae Curae* (1896), o papa Leão XIII decidiu contra a validade das ordenações anglicanas.¹²² A questão da validade continua sendo um obstáculo fundamental ao reconhecimento

¹¹⁷ Cf. *Ministério e Ordenação*, n.9.

¹¹⁸ Cf. *Ministério e Ordenação*, n.13; *BEM*, Ministério, n.17.

¹¹⁹ *Ministério e Ordenação: Elucidação*, n.2.

¹²⁰ Cf. *ibid.*

¹²¹ *Ibid.*

¹²² Os Arcebispos de Canterbury e York se pronunciaram e rejeitaram esses argumentos em sua resposta *Saepius Officio* (1897).

dos ministérios anglicanos por parte da Igreja Católica. À luz dos argumentos sobre Eucaristia e ministério colocados tanto nas declarações da ARCIC como nas respostas oficiais de ambas as Comunhões, é evidente que temos uma intenção comum na ordenação e na celebração da Eucaristia. Essa consciência teria que estar presente em qualquer nova avaliação das ordenações anglicanas.

61. O século XX presenciou muita discussão dentro de toda a família cristã sobre a questão da ordenação das mulheres. A Igreja Católica Romana aponta para a tradição, nunca quebrada, de não ordenar mulheres. De fato, o papa João Paulo II expressou a convicção de que “a Igreja não tem autoridade de maneira alguma para conferir ordenação sacerdotal a mulheres”.¹²³ Após cuidadosa reflexão e debate, um número crescente de Igrejas Anglicanas começou a ordenar mulheres ao presbiterato e algumas também ao episcopado.¹²⁴ Elas fizeram isso, apesar de haver fortes diferenças de crença dentro dessas províncias, na convicção de que não há objeções teológicas a esse tipo de procedimento e de que não estão se afastando da compreensão tradicional do ministério apostólico nem da natureza do ministério, como foi colocado nas declarações da ARCIC.¹²⁵

7. Autoridade na Igreja

62. Anglicanos e católicos romanos concordam que a autoridade primordial para todos os cristãos é o próprio Jesus Cristo. “A ele Deus deu toda a autoridade no céu e na terra.”¹²⁶ Seguir Cristo é colocar-se sob a autoridade de Cristo. A autoridade da Igreja é derivada e totalmente dependente da autoridade de Cristo (cf. Mateus 11.27, 28.18ss). “Esta é a autoridade cristã: quando cristãos desse modo agem e falam, os homens percebem a autoridade da palavra de Cristo.”¹²⁷ “É em conformidade com o pensamento e o exemplo de Cristo que a Igreja é chamada a exercer autoridade (cf. Lucas 22.24-27; João 13.14-15; Filipenses 2.1-11).”¹²⁸ Sua autoridade “foi demonstrada por sua oferta de serviço em seu sacrifício de amor (cf. Marcos 10.45).”¹²⁹

63. Cristo confere sua autoridade à Igreja, tanto para conservar a Igreja consciente do projeto de Deus na criação e redenção, como para ajudar a Igreja a responder com fidelidade a esse propósito.¹³⁰ Além disso, a autoridade tem “uma dimensão radicalmente missionária”. “A autoridade é exercida na Igreja por causa daqueles que estão fora dela, para que o Evangelho possa ser proclamado “no poder e no Espírito Santo com plena convicção” (1 Tessalonicenses 1,5).”¹³¹

¹²³ Carta Apostólica do papa João Paulo II, *Ordinatio Sacerdotalis*, 1994, n.4.

¹²⁴ Atualmente 14 das 38 províncias da Comunhão Anglicana têm legislação em vigor para permitir a ordenação de mulheres ao diaconato, ao presbiterato e ao episcopado. Mais 12 províncias ordenam mulheres ao diaconato e presbiterato e três províncias ordenam mulheres somente ao diaconato.

¹²⁵ Em *Ministério: Elucidação* n.5 se lê: “Mesmo que a Comissão perceba que a ordenação de mulheres criou, para a Igreja Católica Romana, um novo e grave obstáculo à reconciliação de nossas comunhões (Cf carta da papa Paulo VI ao arcebispo Donald Coggan, em 23 de março de 1976, AAS 68): ele acredita que os princípios sobre os quais repousa esse acordo doutrinal não são afetados por tais ordenações; trata-se da origem e da natureza do ministério ordenado e não da questão de quem pode ou não ser ordenado. Objeções, embora substanciais, à ordenação das mulheres, são de natureza diferente das objeções levantadas no passado contra a validade das ordenações anglicanas em geral.”

¹²⁶ ARCIC, *Autoridade na Igreja I* (1976), n.1; cf. Mateus 28.18.

¹²⁷ *Ibid.* n.3.

¹²⁸ *O dom da autoridade*, n.5.

¹²⁹ *Ibid.* n.9.

¹³⁰ Cf. *ibid.* nn.7-13.

¹³¹ *Ibid.* n.32.

62. Situações que mudam, apresentam novos desafios ao Evangelho. Cada geração é chamada a traduzir profeticamente o Evangelho. O processo dinâmico de comunicar a cada geração aquilo que foi entregue de uma vez por todas à comunidade apostólica é o que chamamos de Tradição, que é muito mais do que a transmissão de proposições verdadeiras a respeito da salvação. Esse passar adiante (*traditio*) envolve apresentar o Evangelho de novas maneiras. Mas tal reapresentação deve estar de acordo com o testemunho apostólico registrado nas Escrituras: dentro da Tradição as Escrituras têm uma autoridade única.¹³²

63. O evangelho é entendido plenamente somente na Igreja. A revelação de Deus foi confiada a uma comunidade, o que significa que todo o povo de Deus tem a responsabilidade de discernir e comunicar a Palavra de Deus.¹³³ Dentro da “sinfonia” de todo o povo de Deus, todos desempenham um papel: os que têm o ministério da supervisão, os teólogos e todo o povo de Deus.¹³⁴

64. Os bispos têm um papel vital no processo de discernimento, arcando com uma especial responsabilidade de promover a verdade e discernir o erro e de preservar e promover a comunhão; mas isso nunca é exercido em separado da comunidade inteira dos fiéis.¹³⁵ A interação entre o bispo e o povo nessa tarefa de discernimento e ensino é uma garantia da vida cristã e da fidelidade. O discernimento envolve tanto a atenção aos fatos como uma separação criteriosa para ajudar o povo de Deus na compreensão, articulação e aplicação de sua fé.¹³⁶ A autoridade do bispo necessariamente inclui a responsabilidade de tomar decisões que são exigidas a bem da *koinonia* e implementá-las.¹³⁷

65. Na ordenação os bispos recebem não só a responsabilidade por sua Igreja local mas também partilham uma responsabilidade colegiada em relação à comunidade mais ampla. “Bispos se encontram colegiadamente, não como indivíduos mas como aqueles que têm autoridade dentro e a serviço da vida sinodal das igrejas locais... Quando os bispos se reúnem buscam discernir e articular o *sensus fidelium* que está presente na igreja local e na comunhão maior das igrejas.”¹³⁸ “O dever de manter a Igreja na verdade é uma das funções essenciais do colégio episcopal... O exercício dessa autoridade magisterial exige que o que é ensinado seja fiel à Sagrada Escritura e condizente com a Tradição apostólica.”¹³⁹ “O desafio e a responsabilidade dos que têm autoridade dentro da Igreja é exercer o seu ministério de modo a promover a unidade de toda a Igreja na fé e na vida, de maneira a enriquecer em vez de diminuir a legítima diversidade entre as igrejas locais.”¹⁴⁰

66. Concordamos que nenhuma igreja local é auto-suficiente. Várias estruturas e práticas são necessárias para manter e manifestar a comunhão das igrejas locais e sustentá-las na fidelidade ao Evangelho. Isso inclui sínodos e concílios ecumênicos locais, provinciais e mundiais.¹⁴¹ Anglicanos e católicos romanos concordam que desde o tempo do Novo Testamento (cf Atos 15,6-29) a Igreja tem procurado, através

¹³² Cf. *Autoridade na Igreja I*, n.15; *O dom da autoridade*, n.19.

¹³³ *O dom da autoridade*, n.28.

¹³⁴ Cf. *Ibid.* nn.28, 30.

¹³⁵ Cf. *Autoridade na Igreja I*, n.18.

¹³⁶ Cf. *ibid*; *Igreja como comunhão*, n.32.

¹³⁷ *O dom da autoridade*, n.36.

¹³⁸ *Ibid.* n.38.

¹³⁹ *Ibid.* n.44.

¹⁴⁰ *Ibid.* n.33.

¹⁴¹ Cf. *ibid.* n.37.

de reuniões colegiadas e conciliares ser obediente a Cristo, em fidelidade a sua vocação.

67. Anglicanos e católicos romanos concordam que concílios podem ter sua autoridade reconhecida quando expressam a fé comum e o pensamento da Igreja, de acordo com as Escrituras e a Tradição apostólica.¹⁴² Até os dias de hoje, esses concílios, que a Igreja Católica descreve como “ecumênicos”, são compreendidos com um caráter de decisões que devem ser seguidas e são, para a Igreja Católica, uma expressão da autoridade da Tradição viva.¹⁴³ Anglicanos historicamente só têm reconhecido como de aceitação obrigatória a autoridade dos quatro primeiros concílios ecumênicos. Mesmo que afirmem alguns dos conteúdos dos concílios que se sucederam, crêem que somente as decisões que podem ser apoiadas a partir da Escritura são obrigatórias para os fiéis.

68. A comunhão da Igreja requer um ministério de primazia em cada nível da vida da Igreja como um laço e um foco visível de sua comunhão.¹⁴⁴ Desde os primeiros tempos, uma hierarquia se desenvolveu entre os bispos, pela qual bispos sediados em locais mais proeminentes exerciam um distintivo ministério da unidade, como primeiros entre os bispos de suas respectivas regiões. Eles não agiam isoladamente mas em associação colegiada com outros bispos. Primazia e colegialidade são dimensões complementares da *epíscope*, exercidas dentro da vida da Igreja como um todo. (Os anglicanos reconhecem o ministério do arcebispo de Canterbury exatamente nesse sentido).

69. O ofício de um primado universal é um caso especial e particular desse cuidado pela comunhão universal, que é próprio do ofício episcopal em si. “A única sé que se coloca com direito a essa primazia universal e que tem exercido e ainda exerce tal *epíscope* é a sé de Roma, a cidade onde morreram Pedro e Paulo.”¹⁴⁵ A Igreja Católica Romana ensina que o ministério do bispo de Roma como primado universal está de acordo com o desejo de Cristo para a Igreja e é um elemento essencial para que ela seja conservada na unidade e na verdade. Anglicanos rejeitaram a jurisdição do bispo de Roma como primaz universal no século XVI. Hoje, porém, alguns anglicanos começam a ver o valor potencial de um ministério de primado universal, que seria exercido pelo bispo de Roma, como sinal e foco de unidade em uma Igreja reunida.¹⁴⁶

70. Concordamos que a Igreja, “coluna e sustentáculo da verdade” (1 Timóteo 3,15), é infalível. A Igreja confia que o Espírito Santo efetivamente lhe permitirá cumprir sua missão, de tal modo que ela não perderá seu caráter essencial nem falhará na conquista de seu objetivo.¹⁴⁷

71. Anglicanos e católicos romanos partilham um considerável consenso sobre a autoridade na Igreja, embora restem numerosos tópicos para discussão, como a autoridade obrigatória dos concílios ecumênicos e a infalibilidade da tarefa de ensino da Igreja. Anglicanos e católicos continuam a refletir sobre a relação entre o nível local e universal da vida da Igreja, e em particular sobre o papel e a autoridade das

¹⁴² Cf. *Autoridade na Igreja I*, n.9.

¹⁴³ Cf. *Autoridade I*, n.19, fn.2.

¹⁴⁴ Cf. *Relatório Final*, Introdução n.6.

¹⁴⁵ *Autoridade na Igreja I*, n.23.

¹⁴⁶ Cf. *Autoridade na Igreja II*, n.9.

¹⁴⁷ *Autoridade na Igreja II*, n.23.

estruturas regionais e nacionais, sobre o lugar e o papel do laicato em cada nível da vida da Igreja, particularmente quando se trata de concílios e sínodos, sobre a relação entre encontros colegiais e sinodais, e sobre o lugar da recepção no discernimento do pensamento de Cristo para a Igreja.

72. Um tópico importante é a questão de saber se a Comunhão Anglicana estaria aberta a instrumentos de supervisão que permitiriam que decisões, em certas circunstâncias, fossem obrigatórias para os membros de todas as províncias. Por outro lado, pergunta-se se na Igreja Católica têm sido construídos canais suficientes para garantir a consulta entre o bispo de Roma e as igrejas locais antes da tomada de decisões importantes que afetam tanto uma igreja local como o conjunto da Igreja.

73. Enquanto alguns anglicanos estão chegando a valorizar o ministério do bispo de Roma como sinal e foco de unidade, continuam em aberto, questões sobre se a validade do ministério petrino, do modo como é exercido pelo bispo de Roma, existe na Igreja por direito divino, sobre a natureza da infalibilidade papal e sobre a jurisdição dada ao bispo de Roma como primaz universal.¹⁴⁸

74. Tanto anglicanos como católicos romanos crêem na infalibilidade da Igreja, crêem que o Espírito Santo conduz a Igreja para toda a verdade. Para os católicos é assegurado pela fé que, em situações específicas e sob certas condições precisas, os que detêm o ministério da supervisão, assistidos pelo Espírito Santo, podem chegar a um julgamento sobre assuntos de fé e moral preservado de erro. Isso é o que se entende como infalibilidade no ensinamento da Igreja. Os anglicanos, crendo que a infalibilidade da Igreja é preservada pela fidelidade às Escrituras, os credos católicos, os sacramentos e o ministério dos bispos, não atribuem um ministério infalível a nenhum grupo ou indivíduo durante a vida. Consideram, porém, que a doutrina, proposta ou definida, precisa ser acolhida pelo corpo de fiéis às quais é dirigida como condizente com a Escritura e a Tradição.¹⁴⁹

8. Discipulado e santidade

75. Anglicanos e católicos romanos ensinam que a vocação cristã é para a santidade de vida (cf. Êxodo 9.6; Mateus 5.48) e que o comportamento moral está integrado à manutenção da comunhão com a Trindade Santa, bem como à comunhão na comunidade dos crentes na Igreja. Recebemos o mesmo Evangelho e concordamos que o Evangelho que proclamamos não pode estar divorciado da vida que vivemos (cf. 1 João 3.18; Tiago 2.20).¹⁵⁰ Nossa aceitação comum dos mesmos valores fundamentais e a partilha da mesma visão de humanidade, criada à imagem de Deus e recriada em Cristo, são elementos constitutivos da comunhão eclesial e são essenciais para a comunhão visível da Igreja.¹⁵¹

76. Consideramos que a nossa realidade de criaturas coloca a humanidade numa relação de interdependência com toda a criação e afirmamos que a ordem material da criação pode ser alcançada e transfigurada por obra do Espírito Santo como canal efetivo de sua graça e amor.

¹⁴⁸ Cf. *O dom da autoridade*, nn.56, 57.

¹⁴⁹ Cf. Seção do Relatório sobre 'Preocupações dogmáticas e pastorais', em *A verdade vos tornará livres: Conferência de Lambeth 1988* (Londres: Church House, 1988), p.104.

¹⁵⁰ Cf. ARCIC, *Vida em Cristo: Moral, Comunhão e a Igreja* (1994), n.2.

¹⁵¹ Cf. *Igreja como Comunhão*, nn.44, 45.

77. Afirmamos a dignidade da pessoa humana - homem e mulher – criada por Deus e para a comunhão com Deus. Quaisquer que sejam as diferenças entre as pessoas, concordamos que todas partilham de igual dignidade como criaturas de Deus. Daí se derivam os básicos direitos humanos diante das necessidades da vida como alimento, vestimenta, moradia, educação, trabalho, liberdade de expressão religiosa e liberdade para participar na configuração da sociedade. Nossa tradição comum equilibra a dignidade e os direitos do indivíduo com o bem de toda a comunidade. Concordamos que a liberdade humana é uma liberdade de correspondência e interdependência. Pessoas humanas são criadas para a comunhão e comunhão envolve responsabilidade em relação à sociedade e à criação, como também em relação a Deus.¹⁵² Viver o Evangelho inclui viver num relacionamento de justiça e amor com nosso próximo, e requer que contribuamos para o bem comum da mesma forma com que dele nos beneficiamos. O chamado para seguir o exemplo de amor altruísta de Cristo é às vezes um chamado para renunciar ao que é legitimamente nosso para atender a uma necessidade maior de outros na comunidade humana.¹⁵³

78. Concordamos que o crescimento em Cristo, para os crentes individualmente e para a comunidade que acredita, surge de uma resposta à graça de Deus e deve ser moldado de acordo com o pensamento de Cristo. A fidelidade da Igreja ao pensamento de Cristo envolve um processo contínuo de escuta, aprendizado, reflexão e ensino. Nesse processo, cada membro da comunidade tem um papel a desempenhar. Cada pessoa tem que aprender a refletir e agir de acordo com uma consciência bem informada. Aprender e ensinar são uma atividade partilhada, na qual os fiéis procuram descobrir juntos o que a obediência ao evangelho da graça e da lei do amor traz como conseqüência no meio das perplexidades morais do mundo.¹⁵⁴

79. Concordamos que o contexto no qual a Igreja é chamada a testemunhar e exercer seu ministério de cura, perdão e reconciliação, está marcado por fragilidade e pecado. Onde há fracasso moral, a Igreja se esforça por incentivar arrependimento e faz o possível para resgatar os pecadores para a vida da graça na comunidade e proclamar o perdão. Concordamos que a Igreja é uma comunidade com um ministério vital de reconciliação que tem uma dupla face: é uma comunidade na qual a reconciliação que vem de Deus em Cristo pode ser experimentada por seus membros e é também uma comunidade que deve promover a reconciliação de todas as maneiras possíveis no mundo (cf 2 Coríntios 18-21). Tanto anglicanos como católicos reconhecem que a confissão privada perante um sacerdote é um meio de graça e uma efetiva declaração do perdão de Cristo em resposta ao arrependimento.¹

80. Através de sua história, a Igreja tem procurado ser fiel ao seguir a ordem de Cristo para curar e isso tem inspirado incontáveis atos de ministério no cuidado médico e hospitalar. Junto com esse ministério físico, ambas as tradições têm continuado a exercer o ministério sacramental da unção. Na tradição católica romana, o ato de ungir tornou-se especialmente associado aos ritos administrados aos cristãos que partem desta vida. Mas em anos recentes tem havido um crescente aumento da prática de ungir os doentes. Os anglicanos também têm redescoberto o valor dessa ação sacramental como meio efetivo de proclamar o ministério mais amplo de cura da Igreja.

81. Anglicanos e católicos romanos partilham maneiras similares de argumentação sobre a moral. Reconhecemos a autoridade normativa da Escritura e nos apoiamos

¹⁵² Cf. *Vida em Cristo*, n.7.

¹⁵³ *Igreja como Comunhão*, n.15.

¹⁵⁴ Cf. *ibid.* n.29.

numa tradição partilhada que apela para a lei natural e contempla a sabedoria que preside à ordem da criação.¹⁵⁵

82. O ensinamento de anglicanos e católicos romanos está unificado ou é compatível em muitos assuntos de ética social, como por exemplo, na questão da guerra e da paz. Concordamos que a guerra, como método de resolver disputas internacionais, é incompatível com o ensinamento e o exemplo de nosso Senhor Jesus Cristo.¹⁵⁶ Tem havido também consistência na aplicação desse ensinamento a conflitos específicos e um uso comum de reflexões a partir das teorias sobre “guerra justa”. Também há correspondência em nossos respectivos ensinamentos sobre liberdade e justiça e outros temas de direitos e responsabilidades humanas.

83. Em ambas as Comunhões o matrimônio tem um padrão e um significado dados por Deus, levando a um compromisso exclusivo para a vida inteira de um homem e uma mulher, envolvendo o amor recíproco de marido e mulher e a procriação e criação dos filhos. Ambas as Comunhões falam do matrimônio como uma aliança e uma vocação à santidade e o vêem dentro da ordem da criação como sinal e manifestação real do amor fiel de Deus.¹⁵⁷ Assim, tem uma dimensão naturalmente sacramental. “Quando Deus chama mulheres e homens ao estado conjugal, e nele os sustenta, o amor de Deus por eles é criativo, redentor e santificador.”¹⁵⁸ Em ambas as Comunhões, o marido e a mulher são os celebrantes do sacramento. Um sacerdote normalmente tem um papel especial como testemunha do caráter sacramental do casamento.

84. Apesar de nossos comuns fundamentos morais, existem sérios desacordos sobre tópicos específicos, alguns dos quais emergiram no longo período de nossa separação:

a) Anglicanos e católicos têm uma prática diferente no que diz respeito à confissão privada. “A ênfase dos reformadores no acesso direto do pecador à Palavra de Deus que perdoa e sustenta levou os anglicanos a rejeitar a idéia de que a confissão privada diante do padre era obrigatória, embora eles continuassem a afirmar que era um bom meio de graça e tenham feito menção a esse recurso no Livro de Oração Comum para aqueles que se sentissem inquietos e gravemente incomodados em consciência.”¹⁵⁹ Anglicanos expressam esse tipo de comportamento disciplinar na fórmula resumida: todos podem, ninguém está obrigado, alguns deveriam. “A Igreja Católica Romana, por outro lado, tem continuado a enfatizar o sacramento da penitência e a obrigação, para aqueles conscientes de estarem em pecado grave, de confessar seus pecados privadamente diante do padre. A norma disciplinar da confissão dos pecados diante do padre tem propiciado um meio importante de comunicação do ensinamento moral da Igreja e uma alimentação da vida espiritual dos penitentes.”¹⁶⁰

b) Enquanto ambas as Comunhões reconhecem que o casamento é para a vida inteira, ambas têm também que reconhecer a realidade da falência de muitos

¹⁵⁵ Cf. *Vida em Cristo*, n.9.

¹⁵⁶ Cf. Conferência de Lambeth, 1930, Resolução 25 (reafirmada em sucessivas Conferências de Lambeth) e também *Gaudium et Spes*, nn.77, 82.

¹⁵⁷ Cf. Exortação apostólica do papa João Paulo II sobre a família, *Familiaris Consortio* (1981), n.34.

¹⁵⁸ *Vida em Cristo*, n.60 (citando a Conferência de Lambeth, 1968, Resolução 22).

¹⁵⁹ *Vida em Cristo*, n.46.

¹⁶⁰ *Ibid.* n.47.

casamentos. Para os católicos romanos não é possível desmanchar o laço matrimonial constituído sacramentalmente por causa de seu caráter indissolúvel, já que ele significa a relação de aliança de Cristo com a Igreja. Em certas circunstâncias, porém, a Igreja Católica reconhece que não houve de fato um verdadeiro casamento e uma declaração de nulidade podem ser obtidos das autoridades competentes. Os anglicanos têm-se inclinado a reconhecer o divórcio decorrente da falência de um casamento e, em anos recentes, algumas Igrejas Anglicanas determinaram as circunstâncias em que estariam preparadas para permitir que parceiros de um casamento anterior possam celebrar outro matrimônio.

c) Anglicanos e católicos romanos partilham o mesmo ensinamento fundamental a respeito do mistério da vida humana e da santidade da pessoa humana, mas eles diferem na maneira pela qual desenvolvem e aplicam esse ensinamento moral fundamental.¹⁶¹ Anglicanos não têm nenhum ensinamento consensual sobre o preciso momento em que a nova vida humana que se desenvolve no útero deve receber a proteção total devida a uma pessoa humana; nem todos os anglicanos insistem que em todas as circunstâncias, sem exceção, tal proteção tenha que ser estendida ao momento da concepção. Entre os anglicanos pode se encontrar a opinião de que, em certos casos, o aborto direto é moralmente justificável.¹⁶² O ensinamento católico romano é que o embrião humano precisa ser tratado como pessoa humana desde o momento da concepção e rejeita-se todo aborto direto.¹⁶³ Anglicanos e católicos romanos partilham uma forte rejeição à prática crescente, em muitos países, do aborto, por razões de mera conveniência.

d) Anglicanos e católicos romanos concordam que a procriação é um dos bens divinamente projetados para a instituição do matrimônio e que a decisão deliberada, sem razão justificável de excluir a procriação do matrimônio, é uma rejeição desse bem e uma contradição da natureza do casamento e da maneira como Deus chama os casais a uma paternidade responsável. Eles concordam que há situações em que um casal estaria moralmente justificado na decisão de evitar a geração de filhos.¹⁶⁴ Eles não concordam sobre o método pelo qual a responsabilidade dos pais é exercida.¹⁶⁵ O ensinamento católico exige que todo ato sexual esteja aberto à procriação e aconselha abstinência para casais que têm uma razão justa para evitar a concepção.¹⁶⁶ A Conferência de Lambeth em 1930 decidiu que “onde houver uma razão moralmente sólida para evitar a paternidade... e uma razão sólida para evitar abstinência... outros métodos podem ser usados.”¹⁶⁷

e) Anglicanos e católicos romanos afirmam a importância da humana amizade e afeição entre homens e mulheres, casados ou solteiros, e acreditam, com base no ensinamento das Escrituras, que um matrimônio fiel para a vida inteira providencia o contexto normativo para a expressão de um pleno relacionamento sexual. Rejeitam a crença de que relações matrimoniais e homossexuais são equivalentes.¹⁶⁸ O ensinamento católico afirma que a atividade homossexual é intrinsecamente desordenada e sempre objetivamente errada.¹⁶⁹ Fortes tensões têm emergido na

¹⁶¹ *Ibid.* nn.85-86.

¹⁶² Conferência de Lambeth, 1930, Resolução 16 e Conferência de Lambeth, 1978, Resolução 10.

¹⁶³ *Donum Vitae*, instrução Pastoral da Congregação para a Doutrina da Fé, 1987.

¹⁶⁴ *Vida em Cristo*, n.78.

¹⁶⁵ *Ibid.* nn.80-82.

¹⁶⁶ *Humanae Vitae*, Carta Encíclica do papa Paulo VI (1968), n.11.

¹⁶⁷ Conferência de Lambeth, 1930, Resolução 15 e Conferência de Lambeth, 1968, Resolução 22.

¹⁶⁸ *Vida em Cristo*, n.87.

Comunhão Anglicana por causa de sérios desafios surgidos em algumas províncias¹⁷⁰ em relação ao ensinamento tradicional sobre sexualidade humana que foi expresso na Resolução 1.10 da Conferência de Lambeth de 1998.¹⁷¹ Alguns sínodos anglicanos diocesanos e provinciais têm recentemente defendido o reconhecimento e a bênção para certos relacionamentos mais comprometidos de pessoas do mesmo sexo dentro da vida da Igreja e na vida da sociedade civil. Os instrumentos da Comunhão têm reafirmado a Resolução de Lambeth como ensinamento padrão. Nas discussões sobre sexualidade humana dentro da Comunhão Anglicana e nos diálogos entre ela e a Igreja Católica, permanecem questões antropológicas e de hermenêutica bíblica que precisam ser abordadas.

85. Concordamos que existe um perigo de que as áreas de desacordo entre nós se expandam à medida que novos temas e contextos rapidamente emergem. Precisamos estudar juntos e desenvolver estruturas comuns para a tomada de decisões, a fim de responder, juntos, aos temas que já estão sendo apresentados a ambas as Igrejas, e aos novos temas, à medida que surgirem. Concordamos que devemos agir juntos, sempre que possível, para evitar que a integridade do testemunho cristão no mundo seja ainda mais prejudicada. É urgente que nos aconselhemos, tomemos decisões em conjunto e juntos possamos agir quanto ao ensinamento moral, para guiar e orientar os discípulos de Cristo no caminho da santidade e para testemunhar efetivamente com credibilidade o amor e a justiça de Deus ao mundo.

9. A bendita Virgem Maria

86. Todas as gerações de anglicanos e católicos romanos têm chamado a Virgem Maria de “bendita”. Anglicanos e católicos romanos concordam que é impossível ser fiel à Escritura sem dar a devida atenção à pessoa de Maria.¹⁷² Mesmo que devoções e formas de ensinamento tenham se desenvolvido de forma independente através dos séculos de separação, é ainda possível para nós expressar um extenso consenso, baseado nas Escrituras e nas antigas tradições comuns, sobre o lugar de Maria na economia da salvação e na vida da Igreja. Dentro da vida contemporânea de nossas Comunhões podemos discernir muito em comum sobre essa que, de todos os fiéis, é a mais próxima de nosso Senhor e Salvador Jesus Cristo.

87. Anglicanos e católicos concordam que só pode haver um mediador entre Deus e a humanidade, Jesus Cristo, e rejeitam qualquer interpretação do papel de Maria que obscureça essa afirmação. Concordamos em reconhecer que a compreensão cristã de Maria está inseparavelmente ligada às doutrinas sobre Cristo e a Igreja. Católicos e anglicanos reconhecem a graça e a vocação singular de Maria, Mãe de Deus encarnado (*Theotókos*), celebram suas festas e concordam a respeito da sua posição de honra na comunhão dos santos.¹⁷³ Aprendemos que Maria foi preparada pela graça divina para ser mãe do nosso Redentor de acordo com o padrão bíblico de graça e

¹⁶⁹ *Catecismo da Igreja Católica* (1992), n.2357.

¹⁷⁰ Por exemplo: a eleição de um bispo envolvido numa relação de mesmo sexo na Igreja Episcopal (EUA) e a autorização de um Rito público de bênção para uniões do mesmo sexo na diocese de New Westminster na Igreja Anglicana do Canadá.

¹⁷¹ A Resolução 1.10 observou que “em vista do ensinamento da Escritura”, a Conferência “apoia a fidelidade no casamento entre um homem e uma mulher numa união para a vida inteira, e acredita que a abstinência é correta para aqueles que não foram chamados ao matrimônio.”

¹⁷² *Maria: Graça e Esperança em Cristo*, n.6.

¹⁷³ *Autoridade na Igreja II*, n.30; *Maria: Graça e Esperança em Cristo*, n.2.

esperança. Em vista dessa vocação de ser a mãe do Santo, é adequado que a obra redentora de Cristo tenha retroagido e alcançado Maria no mais profundo de seu ser desde o início.¹⁷⁴ Também é apropriado crer que o ensinamento que diz que Deus acolheu a bendita Virgem Maria na sua glória, na plenitude da sua pessoa, é compatível com a Escritura, deve ser entendido somente à luz da Escritura e é um sinal da esperança escatológica da humanidade inteira.¹⁷⁵ Concordamos em reconhecer em Maria um modelo de santidade, obediência e fé para todos os cristãos e para a Igreja.¹⁷⁶

88. Anglicanos e católicos romanos partilham a antiga tradição de orar com Maria e louvá-la. No passado, quando os anglicanos receavam que as práticas devocionais estivessem apresentando Maria como mediadora em lugar de Cristo, a invocação direta a Maria era evitada. Onde tal perigo não aparece, a prática de pedir a Maria, cume da Comunhão dos Santos, que interceda por nós tem renascido em alguns lugares. Católicos e anglicanos podem reconhecer juntos que Maria tem um papel permanente no direcionamento dos cristãos a Cristo, o único mediador, e que Maria e os santos rogam por toda a Igreja. A prática de pedir a Maria e aos santos que rogem por nós não é ponto de divisão na comunhão.¹⁷⁷ Concordamos que um conjunto de devoções pode ser acomodado dentro de nossas tradições quando há consenso na doutrina.

89. Através do diálogo, anglicanos e católicos romanos têm aprofundado sua compreensão comum de Maria no plano da salvação e na vida da Igreja. É precisamente porque a Igreja Católica viu o padrão da graça divina em ação em Maria desde a sua concepção até ela ser recebida na glória que ela chegou a definir a Imaculada Conceição e a Assunção como dogmas. Resta ver como, no contexto de uma Igreja visivelmente unida, essas doutrinas seriam afirmadas na confissão de uma fé comum.

90. A prática da devoção a Maria e a invocação dos santos fazem parte da vida devocional católica normal, mas permanecem pouco familiares, até estranhas, a muitos anglicanos. Precisamos de mais diálogo e compreensão mútua.

A fé que nos liberta

91. A Comissão reconhece com gratidão que a fé que conservamos em comum nos é dada por Deus. Nesta declaração temos tentado colher os frutos de quarenta anos de diálogo entre anglicanos e católicos romanos. Ao rever a experiência de nossas Igrejas ficou claro para nós como a continuada interação tem levado a maior compreensão mútua, e ao mesmo tempo como essa maior consciência da extensão da nossa fé partilhada nos tem dado liberdade para dar testemunho conjunto de modo mais efetivo. Celebramos e agradecemos a Deus por isso.

92. Tem havido fracassos e oportunidades perdidas ao longo do caminho. Reconhecemos que os obstáculos que nos impedem de receber juntos tudo o que Deus nos oferece prejudicam o alcance de nossa missão no mundo. A Comissão tem se tornado mais profundamente consciente da conexão íntima entre compreensão e cooperação, fé e missão. É nossa convicção que, à medida que avançamos na direção

¹⁷⁴ *Maria: Graça e Esperança em Cristo*, nn.54-55, 59.

¹⁷⁵ *Ibid.* nn.56-58.

¹⁷⁶ *Autoridade na Igreja II*, n.30; *Maria: Graça e Esperança em Cristo*, n.2.

¹⁷⁷ *Maria: Graça e Esperança em Cristo*, nn.64-75.

de uma plena comunhão eclesial e respondemos de forma renovada à missão comum confiada pelo Senhor a sua Igreja, os remanescentes pontos de divisão irão sendo resolvidos de modo mais efetivo.

93. Porque temos esperança na graça abundante de Deus, somos encorajados a perseverar e a enfrentar as dificuldades de crescer juntos. Damos glória a Deus, “que pode fazer infinitamente mais do que tudo quanto pedimos ou entendemos; a ele seja dada a glória na Igreja, e em Cristo Jesus, por todas as gerações da eternidade. Amém.” (Efésios 3, 20-21)

PARTE DOIS

CAMINHO PARA A UNIDADE E A MISSÃO COMUM

94. Fé genuína é mais do que concordância: expressa-se em ação. À medida que anglicanos e católicos romanos buscam superar os obstáculos restantes para a plena unidade visível, nós, os bispos da IARCCUM, reconhecemos que a extensão da fé comum descrita nesta declaração nos impele a viver e testemunhar juntos de maneira mais completa aqui e agora. Um acordo sobre a fé deve ir além da mera afirmação. O discernimento de nossa fé comum desafia nossas Igrejas a reconhecer que elementos de santificação e verdade existem na vida eclesial de ambas e a desenvolver aqueles canais e expressões práticas de cooperação pelos quais a vida e a missão em comum podem ser geradas e sustentadas.

95. Cremos em um Deus cuja vida é comunhão e puro amor e que nós mesmos partilhamos a vida de Deus em Cristo através do Espírito Santo. Tudo que fazemos, como anglicanos e católicos romanos, e, em particular, tudo que buscamos fazer juntos deveria, portanto, ser feito em comunhão, com graça e generosidade para que não sejamos obstáculos à proclamação da Boa Nova. É esse chamado à generosidade que está nos conduzindo agora à partilha com todo o povo que Deus nos deu. A missão da Igreja deriva intrinsecamente da nossa participação na vida do Deus único e verdadeiro. Deveríamos estar sempre procurando partilhar uns com os outros e com o mundo em geral as boas dádivas do Deus vivo.

96. Também reconhecemos o progresso que tem sido feito em nossas relações com outros cristãos e permanecemos comprometidos com a reconciliação de todo o povo cristão. Onde quer que anglicanos e católicos romanos dêem passos para aprofundar seu relacionamento mútuo na vida e na missão, deveríamos estar atentos a outras parcerias ecumênicas, agindo de modo compatível com os acordos que já firmamos. 1

97. Nós, bispos da IARCCUM, convidamos anglicanos e católicos romanos de todo lugar a considerar as sugestões que vêm a seguir. São oferecidas como exemplos práticos de tipo de ação conjunta na missão que acreditamos ser apelos que nossa fé em comum nos faz e que aprofundariam a comunhão que partilhamos. Também reconhecemos, no entanto, que o contexto e a dinâmica das relações entre anglicanos e católicos romanos diferem largamente pelo mundo afora. Podem existir sérias razões para que algumas das sugestões e convites colocados abaixo não sejam apropriados ou possíveis em alguns contextos locais. Não obstante, os frutos do diálogo entre anglicanos e católicos ao longo de quarenta anos constituem uma exortação para todos os anglicanos e católicos no sentido de considerar como podemos levar adiante

nosso compromisso com a plena unidade visível; assim, recomendamos as idéias e propostas abaixo para cuidadosa consideração e reflexão.

11. Expressões visíveis da nossa fé comum

Tanto a Igreja Católica Romana como as Igrejas da Comunhão Anglicana são Igrejas litúrgicas nas quais Deus é glorificado em adoração pública comunitária. Convidamos anglicanos e católicos romanos a desenvolver estratégias para promover a expressão visível da fé que partilham.

98. Considerando o nosso mútuo reconhecimento do batismo de ambas as Igrejas, um número de iniciativas práticas se torna possível. Igrejas locais podem pensar em desenvolver programas conjuntos para a formação das famílias quando elas apresentam crianças para o batismo. Podem também preparar em comum recursos catequéticos para uso nas preparações de batismo e confirmação e nas escolas dominicais. Sugerimos que nossas paróquias locais façam regularmente uma profissão pública de fé em conjunto, talvez com uma renovação das promessas batismais por ocasião de Pentecostes a cada ano. Convidamos as igrejas locais a usar a mesma certidão de batismo e, onde for necessário, a rever e melhorar as que estão correntemente em uso. Embora respeitando as exigências canônicas em uso, também encorajamos a inclusão de testemunhas da outra Igreja em batismos e confirmações, particularmente no caso de candidatos que vem de famílias com membros de Igrejas diferentes. Encorajamos a cooperação nos programas de renovação da fé que visem ajudar a reafirmar o compromisso batismal das pessoas durante a vida adulta.

99. Considerando a significativa extensão da nossa compreensão comum da Eucaristia (cf parágrafos 39 a 40, na parte anterior do texto) e a importância central da Eucaristia para a nossa fé, encorajamos a presença na Eucaristia celebrada na outra Igreja, respeitando-se as diferentes normas de cada Igreja.¹⁷⁸ Isso é particularmente apropriado durante a Semana de Oração pela a Unidade dos Cristãos e outras ocasiões festivas na vida de nossas comunidades locais. Isso nos daria oportunidades para experimentar a vida eucarística uns dos outros, servindo assim para aprofundar nossa comunhão e nosso desejo de plena comunhão. Embora isso se realize sob a forma de uma presença sem inter-comunhão na igreja uns dos outros, ainda assim configuraria um início de uma consciência renovada do valor da comunhão espiritual. Recomendamos que se ofereça uma bênção aos que não possam receber a santa comunhão e isso tem se tornado uma prática regular em certos lugares.

100. Também encorajamos mais freqüentes encontros de culto não eucarístico, incluindo celebrações da fé, peregrinações, procissões de testemunho (por exemplo; na Sexta Feira Santa), e liturgias públicas partilhadas em ocasiões significativas. Convidamos os que rezam o ofício diário a descobrir como a celebração em conjunto da prece diária pode reforçar a missão comum.

101. Encorajamos anglicanos e católicos romanos a orar pelo bispo local da outra Igreja, assim como fazem por seu próprio bispo, e a pedir a bênção de Deus sobre a cooperação mútua, onde for possível, no exercício da liderança de ambos na missão das igrejas locais. Acolhemos com alegria o crescente costume anglicano de incluir nas preces dos fiéis uma oração pelo papa e convidamos os católicos romanos a orar

¹⁷⁸ A norma para a Igreja Católica está no Diretório Ecumênico, nn.129-32; A disciplina anglicana varia de uma província para outra.

regularmente em público pelo arcebispo de Canterbury e pelos líderes da Comunhão Anglicana.

2. Estudo conjunto da nossa fé

Dado o grau de concordância na fé delineado nesta declaração, desejamos promover o estudo conjunto a fim de aprofundar a fé que partilhamos.

102. Como as Escrituras ocupam um lugar primordial na vida de fé, tanto de anglicanos como de católicos, encorajamos o estudo conjunto das Escrituras, particularmente entre os que se preparam para o ministério. Traduções ecumênicas da Bíblia são recursos inestimáveis em nossos esforços para promover o testemunho comum. Notamos as grandes semelhanças dos lecionários anglicano e católico romano, que tornam possível formar grupos conjuntos de estudo bíblico baseados nas leituras do domingo. Também estimulamos o desenvolvimento de princípios hermenêuticos comuns (cf parágrafos 26 a 30, na parte anterior do texto) para que se chegue a um acordo na leitura ecumênica das Escrituras. Isso pode ser alimentado através do patrocínio em comum de palestras e oficinas sobre diferentes abordagens metodológicas, antigas e modernas, das Escrituras. Finalmente, sugerimos a introdução de oficinas em conjunto para pregadores, bem como um estudo partilhado das tradições litúrgicas de cada um.

103. Refletindo juntos sobre a nossa fé, é vital que todos os bispos garantam que as declarações de acordo da ARCIC sejam amplamente estudados em ambas as Comunhões. Além do Relatório Final de ARCIC I (1982), convidamos ao estudo conjunto do trabalho da segunda fase da ARCIC. Por exemplo: *Igreja como Comunhão* reflete sobre o mistério da Igreja e os elementos visíveis de comunhão necessários para a plena unidade visível; isso pode ajudar anglicanos e católicos romanos a identificar os elementos constitutivos da Igreja na vida e no testemunho uns dos outros e, à medida que discernem aspectos em comum, pode ajudá-los a considerar como eles podem se unir através da vivência desses elementos. Um estudo de *Vida em Cristo: Moral, Comunhão e a Igreja*, poderia aprofundar a compreensão mútua dos princípios morais que partilhamos, bem como das diferenças que permanecem. Encorajamos a criação de grupos de discussão sobre a recente Declaração de Acordo, *Maria: graça e Esperança em Cristo*, com o objetivo de obter uma melhor apreciação de nossa herança mariológica comum e para refletir sobre as implicações práticas das descobertas da Comissão.¹⁷⁹

104. Comissões nacionais ou regionais Anglicanas/ Católico Romanas (ARCs) já existem em várias partes do mundo e têm dado significativas contribuições através do envolvimento no diálogo teológico e do discernimento de vários caminhos para a cooperação pastoral (por exemplo: no Caribe, EUA, Inglaterra e país de Gales, Canadá, Austrália, Nova Zelândia). Províncias anglicanas e conferências episcopais católicas podem estimular o estabelecimento de ARCs onde elas ainda não existem. Além de seu impacto local, elas também desempenham um valioso papel ajudando na recepção das Declarações de Acordo da ARCIC e oferecendo informação para a Comissão Internacional a respeito do progresso dos relacionamentos em nível local.

¹⁷⁹ Cf. Timothy Bradshaw, *Comentário e Guia de Estudo sobre a Declaração de Seattle da Comissão Internacional Anglicano Católico Romana*, *Maria: Graça e Esperança em Cristo* (Londres: Anglican Communion Office, 2005); *Maria: Graça e Esperança em Cristo – O texto com Comentários e Guia de Estudo*, ed. Donald Bolen and Gregory Cameron (Londres: Continuum, 2006).

105. Existem muitos recursos teológicos que podem ser partilhados, incluindo grupos de profissionais, bibliotecas e programas de estudo e formação para o clero e o laicato. As possibilidades de partilha que já estão à nossa disposição (por exemplo, aquelas identificadas no texto *A Dimensão ecumênica na formação dos que trabalham no ministério pastoral*,¹⁸⁰) deveriam ser exploradas e utilizadas com aproveitamento pleno de seu potencial.

3. Cooperação no ministério

Incentivamos a cooperação, sempre que possível, nos ministérios ordenados e entre os leigos.

106. Além das ARCs, nacionais e regionais, diálogos entre bispos anglicanos e católicos romanos também têm sido estabelecidos em vários lugares com o objetivo de abordar temas pastorais e de criar um contexto em que se desenvolvam a confiança e a amizade no amor mútuo de Cristo. Esse tipo de diálogo tem se mostrado frutífero, por exemplo, ao promover orientações para famílias de pertença intereclesial e outras situações pastorais e sociais. Onde esse diálogo ainda não acontece, incentivamos bispos anglicanos e católicos romanos a considerar o valor de encontros anuais ou mais freqüentes.¹⁸¹

107. Trabalhar pela unidade envolve a resolução dos temas do passado que dividem, mas também requer comunicação direta para lidar com o que se desenvolve dentro das respectivas comunhões. Sempre que possível, observadores, leigos e ordenados, podem ser convidados para assistir a conferências e encontros sinodais e colegiados da outra Igreja. Também encorajamos líderes anglicanos e católicos romanos, em nível nacional e internacional, a fazer consultas mútuas, tão amplas quanto possível, antes da tomada de decisões cruciais em assuntos de fé, ordem e vida moral que tenham reflexos na unidade da Igreja.

108. Encorajamos os bispos a assumir estudo conjunto de documentos recentes anglicanos e católicos romanos¹⁸² de modo a permitir um ensino comum sobre assuntos referentes à missão local e ao testemunho. Há um valor óbvio quando os líderes da Igreja apresentam declarações pastorais em conjunto sobre assuntos urgentes de interesse comum em nível nacional e regional e desejamos que todos os bispos façam isso sempre que for possível.

109. Além dessas formas de consulta, uma gama de outras iniciativas em nível episcopal podem ser concebidas. Vemos um particular valor na prática de providenciar cartas de apresentação para colegas ecumênicos quando um novo bispo é eleito. Pode-se colocar em consideração a associação de bispos anglicanos com bispos católicos por ocasião das visitas *ad limina* a Roma.¹⁸³ Sugerimos também consultas episcopais e cooperação na formulação de protocolos para lidar com o movimento do clero de uma Comunhão para outra.

¹⁸⁰ *A dimensão ecumênica na formação dos que trabalham no ministério pastoral* (cidade do Vaticano: Imprensa Vaticana, 1997).

¹⁸¹ Por exemplo: bispos anglicanos e católicos romanos no Sudão têm se encontrado regularmente nos últimos quatro anos e têm abordado efetivamente em conjunto importantes temas sociais.

¹⁸² Na Igreja Católica isso incluiria textos como as encíclicas papais e outros ensinamentos de autoridade. Na Comunhão Anglicana isso incluiria relatórios das Comissões da Comunhão Anglicana, material dos quatro Instrumentos de Comunhão e outros estudos.

¹⁸³ Percebemos que isso já ocorreu no caso de uma recente visita *ad limina* de bispos católicos romanos de Papua, Nova Guiné.

110. Considerando a amplitude da nossa compreensão comum do ministério, encorajamos o estudo de possibilidades de formação conjunta em certos aspectos. Oficinas patrocinadas em comum para bispos recentemente ordenados poderiam ajudar a ver caminhos para que o seu ministério esteja atento aos temas ecumênicos (Por exemplo: apoiando o tipo de consulta e cooperação pastoral sugerido acima). Na preparação para o ministério sacerdotal, mesmo tendo em mente os distintos elementos de formação, pode-se pensar numa adequada cooperação na educação teológica (por exemplo: nos campos de estudo bíblico, história da Igreja, formação pastoral). Há possibilidade de cooperação ainda mais extensa nos campos de treinamento diaconal e formação permanente do clero, incluindo retiros em conjunto para o clero.

111. Embora não se deixe de considerar os problemas doutrinários subjacentes em relação ao reconhecimento mútuo das ordenações (cf parágrafos 60 e 61 na parte anterior do texto), toda oportunidade adequada deve ser aproveitada para reconhecer publicamente os frutos dos ministérios ordenados de ambas as partes; por exemplo: assistir à ordenação na outra Igreja.

112. Insistimos que anglicanos e católicos romanos reflitam juntos sobre como o ministério do bispo de Roma poderia ser oferecido e recebido de modo a ajudar nossas Comunhões a crescer na direção de uma plena comunhão eclesial.¹⁸⁴

113. Anglicanos e católicos romanos partilham uma rica herança a respeito do lugar das ordens religiosas na vida eclesial. Há comunidades religiosas em ambas as Comunhões que remontam suas origens aos mesmos fundadores (por exemplo: beneditinos e franciscanos). Encorajamos a continuação e o fortalecimento das relações entre as ordens anglicanas e católicas e reconhecemos o especial testemunho das comunidades monásticas com vocação ecumênica.

114. Há muitas áreas em que o cuidado pastoral e espiritual pode ser partilhado. Reconhecemos o benefício que vem de muitas instâncias de direção espiritual dada e recebida por anglicanos aos católicos e por católicos aos anglicanos. De particular interesse na área do ministério é a necessidade de desenvolver programas de cuidado pastoral conjunto para famílias inteclesiais (incluindo a preparação do matrimônio) e de encontrar caminhos para atender a sua situação específica.

115. Recomendamos formação em conjunto, sempre que possível, para os ministérios leigos (por exemplo, para: catequistas, leitores, professores, evangelizadores). Louvamos a partilha de talentos e recursos de ministros leigos, particularmente entre paróquias anglicanas e católicas do mesmo local. Percebemos no ministério da música um potencial para enriquecer nossas relações e para fortalecer a presença da Igreja junto à sociedade mais ampla, especialmente entre os jovens.

4. Testemunho partilhado no mundo

Encorajamos a promoção de uma espiritualidade de compromisso com o mundo, orientada para a missão, e o desenvolvimento de estratégias conjuntas de atendimento externo para a partilha da nossa fé.

116. Reconhecemos a íntima relação que existe entre a unidade da Igreja, a paz e o bem estar da comunidade humana e a integridade de toda a criação. Insistimos que

¹⁸⁴ Cf. *Ut Unum Sint*, n.96; *O dom da autoridade*, n.59.

as nossas duas Comunhões trabalhem juntas e globalmente com outros para promover a justiça social, para erradicar a pobreza e para cuidar do meio ambiente (por exemplo, através do apoio aos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, propostos pelas Nações Unidas).

117. Também encorajamos as igrejas locais a se unirem em questões de vida pública, anunciando as perspectivas cristãs a respeito de importantes questões sociais. Insistimos que anglicanos e católicos, em seu testemunho social, ajam de acordo com o princípio de que devemos fazer juntos tudo o que for possível, excetuando-se apenas aquelas questões em que profundas diferenças vão exigir ações em separado (cf o Princípio Lund), e considerando particularmente o acordo de fé que estabelecemos nesta Declaração.

118. Sempre que, como Igrejas, tenhamos sido culpados em contribuir para tensões e conflitos de natureza política, sócio-econômica ou religiosa, deveríamos demonstrar boa vontade de nos arrepender de nossas ações e de caminhar na direção da reconciliação.¹⁸⁵ Assim fazendo, esperamos poder ser capazes de dar testemunho perante a grande sociedade da necessidade de conversão permanente e dos processos cristãos de resolução de conflitos. Em muitos casos, tal testemunho se expressará pela cooperação com governos ou organismos seculares que buscam trazer reconciliação a suas comunidades.¹⁸⁶

119. Encorajamos a participação conjunta na evangelização, desenvolvendo estratégias específicas para envolver os que ainda têm que ouvir o Evangelho e responder a ele. Convidamos as Igrejas a estudar juntas os fundamentos bíblicos da evangelização que se aplicam ao contexto local e cultural da missão. Reconhecemos a importância da formação conjunta de leigos para a evangelização e o desenvolvimento de novos caminhos para formar comunidades de fé.

120. Convidamos nossas Igrejas a considerar a criação de escolas eclesiais em conjunto – anglicanas/católicas romanas - com a partilha de programas de formação de professores e com currículos de educação religiosa contemporânea para uso em nossas escolas. Estamos cientes da urgente necessidade de novas maneiras de atingir a juventude, e cremos que os próprios jovens acolheriam bem programas criativos de atendimento em conjunto.

121. Enquanto continuamos a fortalecer as relações entre anglicanos e católicos romanos, tanto através do diálogo teológico como da missão em comum, permanecemos comprometidos com a unidade mais ampla de todos os cristãos. Para salvaguardar a coesão do nosso engajamento no movimento ecumênico e para estender os parâmetros de consenso na fé que já atingimos, recomendamos energicamente um processo de consulta quando um de nós se envolve numa nova parceria ecumênica com outra Igreja, seja em nível local, regional ou mundial.

122. Igrejas locais poderiam aprender com a contribuição à missão da Igreja feita por novos grupos, movimentos e associações dentro de nossas Comunhões, particularmente com aqueles movimentos cujo carisma inclui um forte compromisso com a unidade cristã.

¹⁸⁵ Por exemplo: as iniciativas do papa João Paulo II no encerramento do milênio para promover arrependimento em relação a falhas da Igreja no passado.

¹⁸⁶ Por exemplo: a Comissão de Verdade e Reconciliação na África do Sul.

123. Recomendamos trabalhar, mais fortemente unidos, em nossas relações com os que seguem outras religiões. Temos particular consciência do valor de falar a uma só voz como cristãos no meio de situações de conflito, desentendimento e desconfiança, especialmente quando os cristãos ou aqueles que pertencem a outras comunidades de fé vivem como minorias vulneráveis.

CONCLUSÃO

124. Nós, bispos da IARCCUM, propomos firmemente essas sugestões aos membros do episcopado do mundo inteiro, cientes das específicas responsabilidades dos bispos na promoção da unidade cristã e da missão da Igreja. Agradecemos a Deus pelo amplo consenso teológico articulado neste documento – fruto dos últimos quarenta anos de diálogo – e rogamos a Deus para que abençoe ricamente tudo o que agora somos chamados a fazer em seu Nome. Exortamos todos os bispos a estimular seu clero e seu povo a responder positivamente a esta iniciativa e a se envolver na busca de novas possibilidades para a cooperação na missão.

APÊNDICE I

Unidade e Missão

A. Perspectivas católico romanas

125. Os bispos reunidos no Concílio Vaticano II, em seu decreto sobre ecumenismo *Unitatis Redintegratio*, declararam que “a promoção da restauração da unidade” era um de seus “principais objetivos”. Declararam que “O Cristo Senhor fundou uma só e única Igreja”, e que a discórdia entre diferentes Comunhões cristãs “contradiz abertamente a vontade de Cristo e se constitui em escândalo para o mundo, como também prejudica a santíssima causa da pregação do Evangelho a toda criatura”.¹⁸⁷ Essas convicções a respeito do ecumenismo e da missão foram mais aprofundadas nas cartas encíclicas *Redemptoris Missio* (1987) e *Ut Unum Sint* (1995).

126. Além de mencionar o prejuízo causado pela desunião à missão dada por Deus, o papa João Paulo II, na sua encíclica *Redemptoris Missio*, destacou as oportunidades positivas abertas pelo nosso batismo comum em Cristo. Ele enfatizou a necessidade de colaboração num espírito de companheirismo com os “irmãos e irmãs separados”, de acordo com as normas de *Unitatis Redintegratio*. Esse imperativo deve ser levado adiante “por meio da comum profissão de fé em Deus e em Jesus Cristo diante dos gentios – na medida do possível – e pela cooperação em questões sociais, técnicas, culturais e religiosas”.¹⁸⁸ A oportunidade para a profissão de fé comum e a cooperação foi traduzida depois em princípios e normas práticas no *Diretório Ecumênico* produzido pelo Conselho Pontifício para a Promoção da Unidade dos Cristãos. Uma grande variedade de opções é apresentada, incluindo cooperação ecumênica no trabalho de missão com as “massas descristianizadas do nosso mundo contemporâneo”, de modo a evitar rivalidades pouco saudáveis e sectarismo.¹⁸⁹ Os princípios e normas também englobam a interface no diálogo e os campos de desenvolvimento, necessidade humana, cuidados de saúde e zelo pela criação.

¹⁸⁷ *Unitatis Redintegratio*, n.1.

¹⁸⁸ *Redemptoris Missio*, n.50.

¹⁸⁹ *Diretório Ecumênico*, n.208.

B. Perspectivas anglicanas

129 A entrada da Comunhão anglicana no movimento ecumênico se fundamentou no seu compromisso com a missão. Após a Conferência Missionária de Edimburgo em 1910, a Conferência de Lambeth em 1920 produziu um “Apelo a todo o povo cristão” no qual os bispos pediam que “todos se unissem em um novo e grande esforço para recuperar e manifestar ao mundo a unidade do corpo de Cristo pela qual ele mesmo tinha orado”.¹⁹⁰ Os bispos afirmaram: “cremos que é propósito de Deus manifestar esse companheirismo, no que diz respeito ao mundo, numa sociedade visível e unida... usando os meios de graça que Deus nos dá e animando todos os membros para o serviço do Reino de Deus no mundo”. É essa vocação de serviço ao mundo, pela qual Cristo com amor divino deu sua vida, que tem fortalecido os esforços na direção da unidade cristã.

127. Nossos relacionamentos missionários, como anglicanos, devem ser vistos como parte dos relacionamentos mais amplos de todos os cristãos. A experiência dos últimos anos do século XX destacou a importância do apelo de Lambeth para que os anglicanos descubram meios de se envolver na missão de modo cooperativo com outros cristãos. Precisamos do estímulo, da crítica e do encorajamento de irmãos e irmãs em Cristo de outras tradições. Uma questão a ser colocada constantemente diante de nós é: até que ponto persistimos no convite a outras tradições para participar com aconselhamento e trabalho conjunto em nossa ação no mundo?

128. Construindo sobre esse compromisso fundamental, como resultado dos grandes passos dados no consenso teológico, os bispos da Conferência de Lambeth de 1998 reafirmaram o compromisso anglicano permanente com a unidade visível da Igreja, como objetivo do movimento ecumênico.¹⁹¹ A unidade visível da Igreja “aponta para o tipo de vida que Deus quer para toda a humanidade, é uma amostra do Reino de Deus”. Eles descrevem o que chamam de “um retrato da unidade visível” emergindo das conversações ecumênicas. A unidade visível “envolve um acordo na fé junto com a celebração comum dos sacramentos, apoiadas por um ministério unido e formas de consulta colegiada e conciliar em assuntos de fé, vida e testemunho... Para a plenitude da comunhão todos esses aspectos visíveis da vida da Igreja precisam ser permeados por uma profunda comunhão espiritual, um crescimento conjunto num pensamento comum, envolvimento mútuo e um cuidado com a unidade (Filipenses 2,2)”¹⁹² A Conferência de Lambeth destacou que a unidade visível traz consigo uma rica diversidade que é o resultado necessário da vivência do Evangelho em específicos contextos históricos e culturais.

Compromisso Conjunto de Anglicanos e Católicos Romanos para a Unidade e a Missão

129. Após o Vaticano II, o papa Paulo VI e o arcebispo Michael Ramsey em uma Declaração Conjunta de 1966, falaram de sua intenção de iniciar um diálogo sério que poderia levar “àquela unidade na verdade pela qual Cristo orou”. Falaram de “uma restauração da completa comunhão de fé e vida sacramental”. Declararam que tinham “um só pensamento em sua determinação... de fazer um esforço conjunto para achar

¹⁹⁰ Seção IX da Resolução 9.

¹⁹¹ Resolução IV.1.

¹⁹² ‘Chamados a ser Um: Seção IV do Relatório, no *Relatório Oficial da Conferência de Lambeth 1988*, p.232, citando a *Declaração Comum de Porvoo* (Londres: Conselho para a Unidade Cristã do Sínodo Geral da Igreja da Inglaterra, 1993), n.28.

soluções para todos os grandes problemas que desafiam a Igreja no mundo de hoje”.¹⁹³ Em 1977 o papa Paulo VI e o arcebispo Donald Coggan falaram desse objetivo como “desejo de Cristo”,¹⁹⁴ e disseram que o progresso em direção à unidade incluirá uma consideração das intenções de Cristo ao fundar a Igreja. “A comunhão com Deus em Cristo através da fé, do batismo e da entrega total a ele... está no centro de nosso testemunho ao mundo, mesmo enquanto a comunhão entre nós permanece imperfeita.”¹⁹⁵ Continuando, eles declararam que “nossas divisões obscurecem esse testemunho, prejudicam a obra de Cristo mas não fecham todos os caminhos que podemos percorrer juntos. Num espírito de oração e submissão à vontade de Deus temos que colaborar mais intensamente num maior testemunho de Cristo diante do mundo no próprio trabalho de evangelização”.¹⁹⁶ Em 1989, o papa João Paulo II e o arcebispo Robert Runcie reafirmaram essa compreensão do desejo de Cristo para a Igreja em sua declaração conjunta: “A unidade cristã é exigida para que a Igreja possa ser, para toda a humanidade, um sinal mais efetivo do Reino de amor e justiça de Deus.”¹⁹⁷ Em 1996, o papa João Paulo II e o arcebispo George Carey insistiram que “sempre que [anglicanos e católicos] forem capazes de dar testemunho do Evangelho em unidade, eles devem fazer isso, pois nossas divisões obscurecem a mensagem evangélica de reconciliação e esperança.”¹⁹⁸

130. A ARCIC inclui em sua declaração de acordo *Igreja como Comunhão* uma descrição detalhada da unidade visível que anglicanos e católicos romanos buscam juntos. Os elementos constitutivos da comunhão eclesial incluem: uma só fé, um só batismo, uma só Eucaristia, aceitação de valores morais básicos, um ministério de supervisão confiado ao episcopado com dimensões de colegiado e primazia e o ministério episcopal de um primaz universal como foco visível de unidade.¹⁹⁹ O relatório reconhece que o tema da comunhão, como descrição da natureza da Igreja, “confronta os cristãos com o escândalo de nossas divisões” já que “a desunião dos cristãos obscurece o convite de Deus para a comunhão da humanidade inteira e torna mais difícil ouvir o Evangelho que proclamamos”.²⁰⁰

131. Enquanto anglicanos e católicos romanos, em declarações conjuntas de papas e arcebispos de Canterbury e em seu diálogo bilateral, têm destacado o objetivo da unidade visível e a urgência de trabalhar juntos na direção desse objetivo por causa da missão da Igreja, esse chamado tem sido sempre entendido dentro do objetivo da unidade visível de todos os cristãos. Quando o papa João Paulo II e o arcebispo Robert Runcie estabeleceram a segunda fase da ARCIC, eles disseram que seu propósito “não era limitado à união de nossas duas Comunhões somente, com a exclusão de outros cristãos, mas se estende ao cumprimento da vontade de Deus para a unidade visível de todo o seu povo”.²⁰¹ Além disso, tanto o papa João Paulo II em sua encíclica *Ut Unum Sint* como os bispos na Conferência de Lambeth de 1998 se referiram ao

¹⁹³ Declaração Comum do papa Paulo VI e do arcebispo de Canterbury, Dr Michael Ramsey, 24 de março de 1966, no Relatório Final da ARCIC I, pp.117-18.

¹⁹⁴ Declaração Comum do papa Paulo VI e do arcebispo de Canterbury Dr Donald Coggan, 29 de abril de 1977, no Relatório Final, pp.119-122, aqui citando o n.7, p.121.

¹⁹⁵ *Ibid.* n.9, p.121

¹⁹⁶ *Ibid.*

¹⁹⁷ Declaração Comum do papa João Paulo II e do arcebispo de Canterbury Dr Robert Runcie, 2 de outubro de 1989, em *Serviço de Informação* 71 (1989/III-IV), pp.122-23.

¹⁹⁸ Declaração Comum do papa João Paulo II e do arcebispo de Canterbury Dr George Carey, 5 de dezembro de 1996, em *Serviço de Informação* 94 (1997/I), pp.20-21.

¹⁹⁹ *Igreja como Comunhão*, n.43.

²⁰⁰ *Ibid* n 4

²⁰¹ Declaração Conjunta do papa João Paulo II e do arcebispo de Canterbury Dr Robert Runcie, 29 de maio de 1982, em *Serviço de Informação* 49 (1989/II-III), pp.46-47, aqui citando n.5, p.47.

objetivo da unidade colocado na declaração da Assembléia de Camberra do Conselho Mundial de Igrejas: *A Unidade da Igreja como Koinonia: Dom e Chamado*.²⁰²

132. Os bispos anglicanos e católicos romanos, em seu encontro de Mississauga em maio de 2000, uniram-se na consideração de que uma caminhada para a unidade visível e o imperativo da unidade da Igreja deve desempenhar o papel de cura e reconciliação num mundo dividido e esfacelado. Eles declararam: “Chegamos à clara conclusão de que nos acercamos muito mais ao objetivo da plena comunhão visível do que a princípio ousaríamos crer. Foi atingido um sentido de mútua interdependência no corpo de Cristo, no qual as Igrejas da Comunhão Anglicana e a Igreja Católica Romana estão aptas a apresentar dons partilhados em sua missão conjunta no mundo”.²⁰³ Como pode ser identificado, na Introdução do presente documento (parágrafos 6 a 10), eventos interferiram e levantaram desafios aos objetivos colocados em Mississauga. Perguntando como seremos capazes de ser fiéis, no meio das complexidades presentes, à visão que tem impulsionado nosso diálogo nas décadas passadas, reiteramos que, mesmo em tempo de incerteza, a missão que nos foi dada por Cristo no poder do Espírito Santo sempre nos chama a dar expressão tangível do grau de fé que partilhamos através da missão comum, do testemunho conjunto e da oração partilhada.

APÊNDICE II

Os documentos da ARCIC

PRIMEIRA FASE

- 1971 ‘Doutrina Eucarística’
- 1973 ‘Ministério e Ordenação’
- 1976 ‘Autoridade na Igreja I’
- 1979 Elucidação de ‘Doutrina Eucarística’
- 1979 Elucidação de ‘Ministério’
- 1981 Elucidação de ‘Autoridade na Igreja I’
- 1981 Autoridade na Igreja II’

Em 1982, esses documentos foram publicados em conjunto, com um prefácio, introdução e conclusão, como *Relatório Final*.

SEGUNDA FASE

- 1987 ‘Salvação e a Igreja’
- 1991 ‘Igreja como Comunhão’
- 1994 ‘Vida em Cristo: Moral, Comunhão e a Igreja’
- 1999 ‘O dom da autoridade: Autoridade na Igreja III’
- 2005 ‘Maria: Graça e Esperança em Cristo’

²⁰² *Ut Unum Sint*, n.78; Conferência de Lambeth 1998, Resolução IV.7e e Resolução IV.24a; ‘A Declaração de Camberra’ (*op. cit.*).

²⁰³ *Comunhão na Missão*, n.6.